

# CUIDAR TRANSFORMA.

Em 2017, todos os atendimentos realizados foram feitos com a dedicação de quem entende que cuidar é realmente transformador.

- Mais de 5,7 milhões de ligações atendidas pelas nossas Centrais de Relacionamento.
- 763 mil assistências prestadas.
- R\$ 7,5 bilhões de indenizações pagas.

GRUPO SEGURADOR



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

### SOBRE O GRUPO

Com mais de 5.300 colaboradores, o **GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE** está presente em todo o território brasileiro com uma atuação multicanal e ampla rede de distribuição dividida em Rede BB e Rede MAPFRE, além da distribuição de seguros por meio de parceiros (varejistas, concessionárias, instituições financeiras e cooperativas).

Líder brasileiro nos ramos em que atua, o GRUPO é resultado da aliança estratégica firmada entre o Banco do Brasil e a MAPFRE, sendo representado por duas sociedades holdings (SHs), de controle privado:

#### BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

Formada por duas companhias de seguros (Companhia de Seguros Aliança do Brasil e MAPFRE Vida S.A.), com atuação nos ramos de seguros rurais, imobiliários e de vida e acidentes pessoais.

#### MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

Formada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. (que, por sua vez, tem como subsidiária integral a BB MAPFRE Assistência S.A.), Aliança do Brasil Seguros S.A. e Brasilveículos Companhia de Seguros, que desenvolvem atividades relacionadas a operações de seguros nos segmentos de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais, imobiliários e nos seguros rurais e de vida e acidentes pessoais, quando comercializados em grandes distribuidores (canais *affinities*).

### RESULTADOS 2017

O ano de 2017 foi caracterizado por um cenário macroeconômico recessivo, com queda na taxa de juros e na concessão de crédito, que impactaram o crescimento da indústria de seguros como um todo, em volume e resultado.

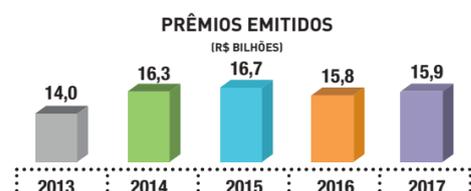
Atento a esse movimento, o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE adotou um conjunto de ações direcionadas na melhor experiência do cliente, na qualidade da subscrição, na oferta de preços e serviços mais alinhados às demandas do mercado, além de manter o foco na eficiência operacional para compensar a sinistralidade e a queda dos resultados financeiros.

Durante o ano, foram lançados novos produtos e serviços nos segmentos de Seguros de Pessoas, como os seguros PME Demais Capitais e PME Capital Global, com novas coberturas e funcionalidades de autosserviço para pequenas e médias empresas; de Massificados, como o novo PME Empresarial e MAPFRE Residencial +Sênior, com benefícios e serviços customizados para o público idoso; e de Automóvel, como os serviços de vistoria e renovação via mobile.

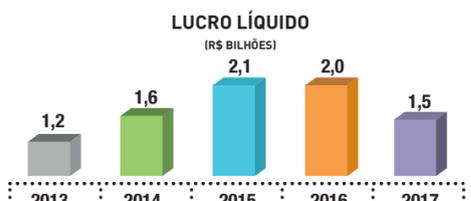
Como fruto desse posicionamento inovador e sustentável, o GRUPO foi reconhecido durante o ano pelo Guia Exame de Sustentabilidade como a empresa destaque do setor de Instituições Financeiras, figurando, pelo quinto ano consecutivo, entre as companhias mais sustentáveis do país. E, pelo sexto ano consecutivo, ficou entre as Melhores Empresas para Trabalhar - Great Place to Work 2017, conquistando a 16ª posição na categoria 25 Melhores Multinacionais.

## DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Os prêmios emitidos pelo GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE totalizaram R\$ 15,9 bilhões em 2017, volume 0,73% superior ao resultado de 2016 (R\$ 15,8 bilhões).

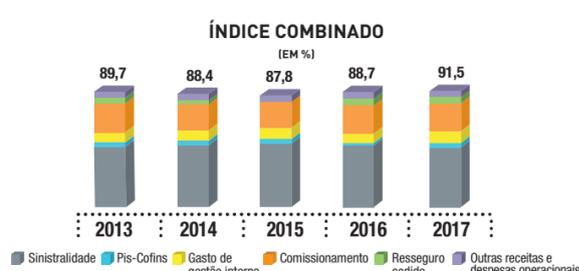


O lucro antes dos impostos e participações totalizou R\$ 2,4 bilhões em 2017, 25,1% inferior em relação ao ano de 2016 (R\$ 3,2 bilhões). O lucro líquido apresentou decréscimo de 24,5%, totalizando R\$ 1,5 bilhão no ano, comparado com R\$ 2,0 bilhões em 2016.

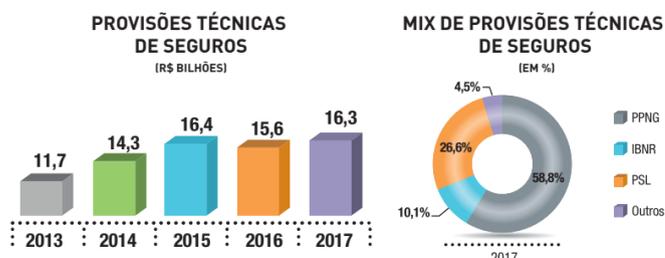


O índice de sinistralidade encerrou o ano em 47,6% (48,5% em 2016).

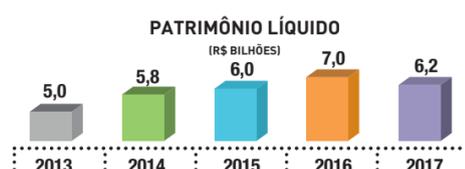
O índice de comissionamento geral ficou em 23,5% (21,6% em 2016) e as despesas administrativas representaram 8,4% sobre os prêmios ganhos em 2017 (8,0% em 2016).



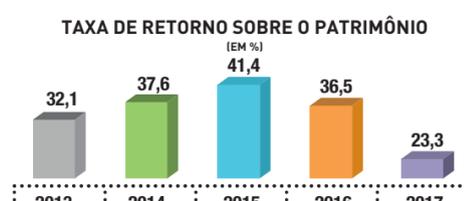
As provisões técnicas de seguros cresceram 4,2% em relação a 2016 (R\$ 15,6 bilhões), totalizando R\$ 16,3 bilhões em 2017.



O patrimônio líquido do GRUPO totalizou R\$ 6,2 bilhões em 2017 (R\$ 7,0 bilhões em 2016). Já os ativos totais totalizaram R\$ 27,5 bilhões no ano (R\$ 27,7 bilhões em 2016).



A taxa de retorno sobre o patrimônio (ROE - Return on Equity) ficou em 23,3% (36,5% em 2016), em decorrência, principalmente, do desempenho dos negócios de Automóveis e Vida.



## PRINCIPAIS MAGNITUDES | BALANÇO COMBINADO (Em milhões de Reais)

ATIVO	2017	2016	Varição
Ativos financeiros	11.525	11.664	-1,2%
Créditos de operações com seguros e resseguros	5.423	5.965	-9,1%
Ativos de resseguro - provisões técnicas	2.654	2.301	15,4%
Títulos de crédito a receber	3.476	3.289	5,7%
Despesas de comercialização diferidas	2.388	2.336	2,2%
Outros ativos	1.984	2.092	-5,1%
<b>Ativos totais</b>	<b>27.450</b>	<b>27.647</b>	<b>-0,7%</b>

RESULTADO	2017	2016	Varição
Prêmios emitidos líquidos	15.919	15.804	0,7%
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>15.736</b>	<b>16.464</b>	<b>-4,4%</b>
Receita com emissão de apólice	33	33	-0,6%
Sinistros ocorridos	(7.496)	(7.981)	-6,1%
Custos de aquisição de seguros	(3.703)	(3.558)	4,1%
Outras receitas/despesas operacionais com seguros	(767)	(538)	42,6%
Resultado com resseguro	(743)	(979)	-24,1%
Despesas administrativas	(1.317)	(1.316)	0,1%
Despesas com tributos	(372)	(233)	59,3%
Resultado financeiro	1.019	1.290	-21,0%
Resultado patrimonial	1	-	341,0%
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.391</b>	<b>3.182</b>	<b>-24,9%</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	11	-101,6%
<b>Resultado antes de impostos e participações</b>	<b>2.391</b>	<b>3.193</b>	<b>-25,1%</b>
Impostos	(862)	(1.183)	-27,2%
Participações sobre resultado	(40)	(37)	7,7%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.489</b>	<b>1.973</b>	<b>-24,5%</b>

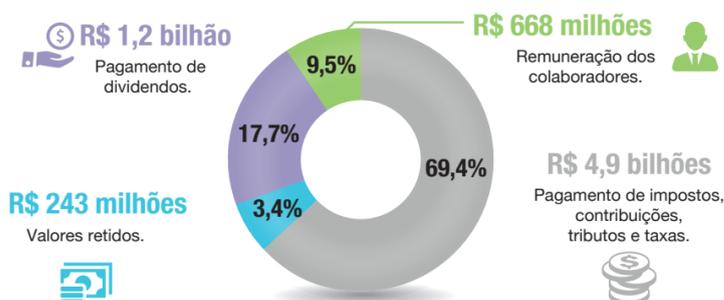
PASSIVO	2017	2016	Varição
Contas a pagar	1.127	1.391	-19,0%
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.314	2.205	4,9%
Provisões técnicas - seguros	16.261	15.608	4,2%
Outros débitos	1.579	1.440	9,8%
Patrimônio líquido consolidado	6.169	7.003	-11,9%
<b>Passivos totais</b>	<b>27.450</b>	<b>27.647</b>	<b>-0,7%</b>

INDICADORES	2017	2016	Varição
Sinistralidade	47,6%	48,5%	(0,9)
Despesas administrativas	8,4%	8,0%	0,4
Financeiro	6,5%	7,8%	(1,3)
Resultado com resseguro	-4,7%	-5,9%	1,2
Comissionamento	23,5%	21,6%	1,9
Índice combinado	91,5%	88,7%	2,8
Índice ampliado	85,1%	80,9%	4,2
Rentabilidade operacional	15,2%	19,3%	(4,1)
Rentabilidade do PL (em % do PL)	23,3%	36,5%	(13,2)
Lucro líquido sobre prêmio ganho	9,5%	12,0%	(2,5)

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) (Em milhões de Reais)

DVA	2017	2016
Receita total com IOF (riqueza gerada)	18.539	18.582
Custos e devolução de atividade	(6.072)	(6.884)
Aumento das reversas e da poupança acumulada	(178)	543
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>12.289</b>	<b>12.241</b>
Custo do valor adicionado	(5.233)	(5.054)
Valor adicionado por terceiros	1	11
<b>Valor adicionado à disposição do GRUPO SEGURADOR</b>	<b>7.057</b>	<b>7.198</b>
<b>Distribuição do valor adicionado à disposição do GRUPO SEGURADOR</b>		
Remuneração do trabalho	668	672
Remuneração do Governo	4.900	4.553
Dividendos	1.246	1.885
Valor retido	243	88
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>7.057</b>	<b>7.198</b>
Incorporação ao patrimônio líquido	243	88

## DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



## FATO RELEVANTE

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que estabelece as premissas para a celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:

- (i) Carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro Grupo BB E MAPFRE"):
  - a. Canal bancário do BB: Vida, Prestamista, Vida Produtor Rural, Habitacional, Agrícola, Penhor Rural, Residencial, Empresarial, Massificados e DPVAT.

- b. Canal affinity: as carteiras mencionadas anteriormente também poderão ser exploradas pelo futuro Grupo BB e MAPFRE por meio do canal affinity, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal affinity em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese que dispensará a aprovação prévia.
- (ii) Carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE:
  - a. Canal corretor e affinity: Vida, Prestamista, Agrícola, Auto, Grandes Riscos, Residencial, Empresarial e DPVAT.
  - b. Canal bancário do BB e Coligadas BB: Auto e Grandes Riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de Automóvel e de Grandes Riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

## AGRADECIMENTOS

A Administração do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócio, fornecedores, segurados, sociedade e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos colaboradores que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

A Administração

# BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

CNPJ 03.095.453/0001-37



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. "BB MAPFRE SH1", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.  
A BB MAPFRE SH1 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em seguradoras que desenvolvam atividades relacionadas a operações de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral.  
A BB MAPFRE SH1 controla diretamente as seguradoras Companhia de Seguros Aliança do Brasil e MAPFRE Vida S.A..  
Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.  
**Prêmios emitidos**  
Por meio de suas controladas, os prêmios emitidos totalizaram R\$ 7.680,0 milhões, sendo: R\$ 6.920,4 milhões da Companhia Aliança do Brasil e R\$ 760,3 milhões da MAPFRE Vida S.A.. A Companhia possui liderança na carteira de Agronegócio com participação de 64,5%, 5ª posição na carteira habitacional com participação de 6,3% e a liderança na carteira de vida com 14,4% de participação.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>285.160</b>	<b>707.605</b>
Equivalentes de caixa		—	200
Aplicações	5	257.537	680.042
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>27.623</b>	<b>27.363</b>
Créditos a receber		24.600	1
Créditos tributários e previdenciários	10b	3.023	27.361
Outros créditos		—	1
<b>Ativo não circulante</b>		<b>2.450.380</b>	<b>2.670.294</b>
Realizável a longo prazo		52	72
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>52</b>	<b>72</b>
Depósitos judiciais		52	72
<b>Investimentos</b>		<b>2.450.328</b>	<b>2.670.222</b>
Participações em empresas controladas	6a	2.450.328	2.670.222
<b>Total do ativo</b>		<b>2.735.540</b>	<b>3.377.899</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

A controlada Companhia de Seguros Aliança do Brasil encerrou com prêmios emitidos de R\$ 6.920,4 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao exercício anterior, alcançado pela carteira de agronegócios/habitacional que apresentou um crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior. A carteira de seguros de pessoas apresentou redução de 0,4%.

A controlada MAPFRE Vida S.A. apresentou R\$ 760,3 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 0,6% sobre o ano anterior.

Ambas controladas participam do consórcio DPVAT que apresentou decréscimo de 36,0%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.

### Lucro Líquido

Em 2017, a BB MAPFRE SH1 apresentou lucro líquido de R\$ 1.515,6 milhões, 10,9% inferior ao ano de 2016, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas, sendo R\$ 1.500,8 milhões da Companhia de Seguros Aliança do Brasil e R\$ 35,0 milhões da MAPFRE Vida S.A..

A controlada Companhia de Seguros Aliança do Brasil apresentou lucro líquido de R\$ 1.500,8 milhões, redução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo menor volume de vendas na carteira de seguro de pessoas e pelo incremento da comissão para alguns produtos.

A MAPFRE Vida S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 35,0 milhões, redução de 62,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo os principais fatores a elevação dos custos operacionais e redução do resultado financeiro.

	Nota	2017	2016
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.946</b>	<b>41.437</b>
Contas a pagar		1.946	41.437
Obrigações a pagar		86	169
Impostos e encargos sociais a recolher		46	46
Impostos e contribuições	7	1.814	41.222
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>8 2.733.594</b>	<b>3.336.462</b>
Capital social		2.050.198	2.050.198
Reservas de lucros		671.762	1.288.793
Ajustes com títulos e valores mobiliários		11.634	(2.529)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.735.540</b>	<b>3.377.899</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.050.198</b>	<b>252.589</b>	<b>854.989</b>	<b>(35.230)</b>	<b>—</b>	<b>3.122.546</b>
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	(690.000)	—	—	32.701
Dividendos pagos - AGE de 25 de fevereiro de 2016	—	—	(164.988)	—	—	(690.000)
Dividendos pagos - AGE de 10 de agosto de 2016	—	—	—	—	—	(164.988)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.701.215	1.701.215
Distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	85.061	—	—	(85.061)	—
Dividendos pagos - AGE de 10 de agosto de 2016	—	—	—	—	(665.012)	(665.012)
Reserva de investimentos	—	—	951.142	—	(951.142)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.050.198</b>	<b>337.650</b>	<b>951.143</b>	<b>(2.529)</b>	<b>—</b>	<b>3.336.462</b>
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	—	14.163	—	14.163
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 fevereiro de 2017	—	—	(951.000)	—	—	(951.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 março de 2017	—	—	(143)	—	—	(143)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.515.557	1.515.557
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	72.390	—	—	(72.390)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	—	—	—	—	(274.558)	(274.558)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	—	—	—	—	(102.400)	(102.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	—	—	—	—	(133.397)	(133.397)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	—	—	—	—	(125.600)	(125.600)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	—	—	—	—	(133.800)	(133.800)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	—	—	—	—	(120.600)	(120.600)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	—	—	—	—	(115.200)	(115.200)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	—	—	—	—	(84.500)	(84.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	—	—	—	—	(91.390)	(91.390)
Reserva de investimentos	—	—	261.722	—	(261.722)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.050.198</b>	<b>410.040</b>	<b>261.722</b>	<b>11.634</b>	<b>—</b>	<b>2.733.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "BB MAPFRE SH1"), é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos Canais *Affinity*. A BB MAPFRE SH1 está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 03.095.453/0001-37. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 05 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades *Holdings*: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. As participações da BB MAPFRE SH1 nas empresas controladas, em 31 de dezembro de 2017, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012, são as seguintes:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A BB MAPFRE SH1 está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: i. Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; ii. A BB MAPFRE SH1 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; iii. A BB MAPFRE SH1 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e iv. A controladora intermediária da BB MAPFRE SH1, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Continuidade:** A Administração considera que a BB MAPFRE SH1 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moda funcional da BB MAPFRE SH1 é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A BB MAPFRE SH1 aplica as seguintes regras para a classificação de ativos e passivos em circulante e não circulante: **i) Ativos:** Ativos são classificados em circulante se a realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **ii) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas cuja finalidade é estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, as mudanças que não são classificadas como a diferença entre o valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5. **c) Redução do valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. **ii. Ativos não financeiros:** A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a BB MAPFRE SH1. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela BB MAPFRE SH1 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, BB MAPFRE SH1 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da BB MAPFRE SH1 e suas controladas. A BB MAPFRE SH1 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a BB MAPFRE SH1 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a BB MAPFRE SH1 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos

financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis no período futuro. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. **4. GERENCIAMENTO DE RISCO**

A BB MAPFRE SH1 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de indenizações significativas aos segurados em caso de ocorrência de sinistro. O processo de classificação através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seja a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é resultante em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importância significativas elevadas. **Risco de crédito:** Representa o risco de prejuízo financeiro da BB MAPFRE SH1 e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a BB MAPFRE SH1 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras individuais. **Risco de mercado:** É a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento dos preços de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, que estão principalmente relacionadas à atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar os riscos de exposição a riscos de mercado das investidas, visando a obtenção de melhores resultados e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. **Risco de liquidez:** Representa o risco de a BB MAPFRE SH1 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A BB MAPFRE SH1 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco operacional:** É a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A BB MAPFRE SH1 conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A busca pela adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a BB MAPFRE SH1 e suas investidas contam com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de risco, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, com o âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outros, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** Cabe a este Comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da BB MAPFRE SH1. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus estatutos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos os quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da BB MAPFRE SH1. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Das demonstrações financeiras de cada investida foram analisadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

### 5. APLICAÇÕES

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Níveis	Vencimento		Ativos		Total			
		Até Entre 1 ano	5 anos	Sem Valor contábil	2017				
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>240.004</b>	<b>17.541</b>	<b>(8)</b>	<b>257.537</b>	<b>100%</b>	<b>680.042</b>	<b>100%</b>	
<b>Fundos de investimentos Letras financeiras do tesouro (LFT)</b>		<b>240.004</b>	<b>17.541</b>	<b>(8)</b>	<b>257.537</b>	<b>100%</b>	<b>680.042</b>	<b>100%</b>	
Operações compromissadas (*)	1	2.375	17.541	—	19.916	19.916	8%	25.061	4%
Outros	1	237.629	—	—	237.629	237.629	92%	654.973	96%
<b>Total</b>		<b>240.004</b>	<b>17.541</b>	<b>(8)</b>	<b>257.537</b>	<b>257.537</b>	<b>100%</b>	<b>680.042</b>	<b>100%</b>

(\*) Compreende aplicações financeiras com lastro em títulos públicos.

**b) Hierarquia ao valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **• Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **• Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve transferências de ativos entre níveis, bem como os títulos foram classificados como Nível 1. **c) Movimento**

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas em 2017	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	680.042	440.485	(881.066)	24.733	(6.657)	257.537

### Distribuição de dividendos

Os acionistas deliberaram em Reuniões de Diretoria, realizadas em 15 de fevereiro, 08 de março, 08 de maio, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.132,6 milhões, sendo R\$ 1.181,4 milhões relativos à distribuição de lucros de 2017.

Conforme previsto no Estatuto da BB MAPFRE SH1 uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participe como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Para este e para os próximos anos, a BB MAPFRE SH1 continuará acreditando no acerto da sua estratégia e trabalhando para a expansão dos seus negócios, com maior atenção às demandas dos clientes por proteção e comodidade, acelerando a utilização dos meios digitais como facilitadores desse relacionamento e focando sua distribuição no canal Banco do Brasil.

Aliado a isso, a permanente atenção à governança, à melhoria contínua de processos internos e à racionalização de custos permitirão à BB MAPFRE SH1 seguir em sua trajetória de crescimento contínuo e sustentável.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas operacionais</b>		<b>1.535.843</b>	<b>1.708.443</b>
Resultado de equivalência em investimentos em controladas	6a	1.535.843	1.708.443
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>12.349</b>	<b>40.062</b>
(+) Resultado financeiro	9a	24.737	56.328
(-) Despesas administrativas	9b	(3.013)	(3.565)
(-) Despesas com tributos	9c	(9.375)	(12.701)
<b>(-) Resultado operacional</b>		<b>1.548.192</b>	<b>1.748.505</b>
<b>(-) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.548.192</b>	<b>1.748.505</b>
(-) Imposto de renda	10a	(23.691)	(34.386)
(-) Contribuição social	10a	(8.944)	(12.904)
<b>(-) Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.515.557</b>	<b>1.701.215</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>			
BB Seguros Participações S.A. - 74,99%		1.136.516	

**9. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

a) Resultado financeiro	2017	2016
		<b>24.737</b>
Juros sobre ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	24.733	55.968
Outras receitas financeiras	4	360
b) Despesas administrativas	2017	2016
	<b>(3.013)</b>	<b>(3.565)</b>
Honorários de conselheiros	(1.627)	(1.806)
Serviços de terceiros	(86)	(95)
Localização e funcionamento	(15)	(8)
Donativos e contribuições	(1.129)	(1.508)
Despesas com publicações	(146)	(126)
Outras despesas administrativas	(10)	(22)
c) Despesas com tributos	2017	2016
	<b>(9.375)</b>	<b>(12.701)</b>
COFINS	(7.505)	(10.010)
PIS	(1.576)	(2.049)
INSS	(293)	(320)
IOF	(1)	(328)
Impostos federais	(-)	6

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro contábil antes dos impostos e participações</b>	<b>1.548.192</b>	<b>1.548.192</b>	<b>1.748.505</b>	<b>1.748.505</b>
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 9%	(387.024)	(139.337)	(437.102)	(157.365)
Resultado de participação em controladas	362.486	130.495	401.661	144.598
Diferenças permanentes	(282)	(102)	(362)	(130)
Outros	-	-	(15)	(6)
Incentivo fiscal	1.129	-	1.436	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(23.691)</b>	<b>(8.944)</b>	<b>(34.382)</b>	<b>(12.903)</b>
Outros	-	-	(4)	(1)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(23.691)</b>	<b>(8.944)</b>	<b>(34.386)</b>	<b>(12.904)</b>
Alíquota efetiva (%)	2%	1%	2%	1%
<b>Créditos tributários:</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e a variação no período referem-se a:				
<b>Ativo</b>	<b>-2016</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>2017</b>
Tributos retidos na fonte	15.270	19.543	(34.813)	-
Tributos a compensar	12.091	6.556	(15.624)	3.023
<b>Total circulante</b>	<b>27.361</b>	<b>26.099</b>	<b>(50.437)</b>	<b>3.023</b>

**11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administração define como partes relacionadas à BB MAPFRE SH1, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo providos aos conselheiros foram R\$ 1.380 (R\$ 1.806 em 31 de dezembro de 2016). **b) Transações com Controladas:** A Companhia possui aplico de seguro de vida com a Companhia de Seguros Aliança do Brasil no montante de R\$ 9.

**12. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos de Resgate de Riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e canal bancário do BB e Coligadas BB; auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Conselheiros e Diretores da **BB MAPFRE SH1 Participações S.A.**, São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, o risco de não obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

**KPMG Auditores Independentes** **Luciene Teixeira Magalhães**  
 CRC 25P014428/0-6 Contadora CRC RJ-079849/0-3

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da BB MAPFRE SH1 Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 32.1, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Companhia de Seguros Aliança do Brasil e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes e a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. são responsáveis, respectivamente, pelas auditorias contábil e atuarial da empresa líder e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desses trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

**Principais Atividades**

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditores internos e externo. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão.

Nessas reuniões o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial e contábil, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendamos aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, trabalhos e oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas da Administração, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil e Atuarial Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas. Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê considera adequado o Sistema de Controles Internos das empresas abrangidas, ressaltando a necessidade de a Administração manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações de auditoria.

Revisou as demonstrações contábeis, notas explicativas e o relatório da administração referente a cada uma das empresas do universo de atuação do Comitê e discutiu com os auditores independentes seus respectivos relatórios e apontamentos.

**Conbase nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:**

a) O sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção e aperfeiçoamento por parte da Administração;

b) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c) As auditorias independentes são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

d) As demonstrações financeiras da BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e da MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dessas empresas em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

**João Décio Amers** **Luiz Cláudio Ligabue** **Wilson Alves Feitosa**  
 Coordenador Membro Titular Membro Titular

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. ("SH1"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições para encaminhamento e apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

**Ernesto Lozardo** - Presidente **Mauro César Batista** - Membro Titular  
**Erico da Gama Torres** - Membro Titular **Renato Fernandes** - Membro Suplente

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Wilson Toneto** - Presidente **Andrés Jiménez Herradón** **Maria Leticia de Freitas Costa**  
**José Mauricio Pereira Coelho** - Vice-Presidente **Felipe Cascaes Sabino Bresciani** **Roberto Lucio Rocha Brant**  
**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira** **Tarcísio Hubner**

**DIRETORIA**

**Fernando Barbosa de Oliveira** **Luís Gutiérrez Mateo**  
 Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente

**CONTADORA**

**Simone Piretti Gonçalves**  
 CRC 1SP183717/0-5

**MAPFRE BB SH2 Participações S.A.**

CNPJ 12.264.857/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("MAPFRE BB SH2"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.

A MAPFRE BB SH2 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações de (i) seguros de segmentos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos canais *affinity*. A Companhia controla diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. e indiretamente a BB MAPFRE Assistência S.A., que é controlada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

**Prêmios emitidos**

Por meio de suas controladas, os prêmios emitidos totalizaram R\$ 8.238,0 milhões, sendo: R\$ 6.115,3 milhões da MAPFRE Seguros Gerais S.A., R\$ 1.518,3 milhões da Brasilveículos Companhia de Seguros e R\$ 604,4 milhões da Aliança do Brasil Seguros S.A. A Companhia é líder em Grandes Riscos, com 14,5% de participação do mercado, possui a 3ª posição nas carteiras de Automóveis, com participação de 11,3%, e de Massificados, com participação de 9,4%.

A controlada MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.115,3 milhões, retração de 1,2% em relação ao ano anterior. Na carteira de automóvel houve decréscimo de 2,8%, em função do

ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros, contudo, o mercado já mostra sinais de recuperação, com aumento de 9% na venda de veículos novos em 2017 (fonte: Anfavea). A carteira de grandes riscos apresentou decréscimo de 6,2%, impactada principalmente pela redução de prêmios, devido à uma demanda crescente para a elevação das franquias, e pela implantação de um processo de aperfeiçoamento do modelo de subscrição de risco com o objetivo de rentabilização das carteiras, substancialmente para os seguros de transportes. As demais carteiras que inclui massificados, agronegócios, habilitacional e seguro de pessoas apresentaram crescimento de 5,8%.

A controlada Brasilveículos Companhia de Seguros apresentou, em 2017, prêmios emitidos de R\$ 1.518,3 milhões, retração de 4,6% em relação ao ano anterior, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros no canal Banco do Brasil.

Em 2017, a controlada Aliança do Brasil Seguros S.A. apresentou prêmios emitidos de R\$ 604,4 milhões, retração de 6,4% em relação ao ano anterior, em função da adoção de nova política de subscrição, com o objetivo de melhoria da rentabilização de suas carteiras.

Todas as controladas são seguradoras que participam no consórcio DPVAT. A operação apresentou decréscimo de 31,8% devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.

**Lucro líquido**

Em 2017, a MAPFRE BB SH2 apresentou prejuízo de R\$ 26,3 milhões, obtido substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas, sendo R\$ 91,9 milhões de prejuízo da MAPFRE Seguros Gerais S.A., R\$ 83,8 milhões de lucro da Brasilveículos Companhia de Seguros e R\$ 2,5 milhões de prejuízo da Aliança do Brasil Seguros S.A..

A controlada MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou prejuízo de R\$ 91,9 milhões decorrente, principalmente, do aumento da sinistralidade com maior incidência na frequência de roubo e furto nas carteiras de automóvel e de transportes.

A controlada Brasilveículos Companhia de Seguros apresentou lucro líquido de R\$ 83,8 milhões, retração de

27,4% em relação ao ano anterior, resultado impactado, principalmente, pela redução de prêmios emitidos. A controlada Aliança do Brasil Seguros S.A. apresentou prejuízo de R\$ 2,5 milhões em 2017 contra lucro líquido de R\$ 91,9 milhões em 2016, resultante, substancialmente, pelo resultado de resseguros que foi impactado por adequações das bases de dados operacionais e incremento na provisão para redução ao valor recuperável sobre sinistros a recuperar de resseguros.

**Distribuição de dividendos**

Os acionistas deliberaram em Reuniões de Diretoria, realizadas em 08 de março, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 204,7 milhões.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE BB SH2 uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, foram setar destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

A Companhia dará continuidade à sua estratégia de valorizar e atender às demandas dos clientes; estimular e promover a inovação; atuar de maneira sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e de governança ao negócio; valorizar e reconhecer o trabalho e a dedicação dos colaboradores, focando sempre na busca permanente por eficiência operacional, a qual permitiu à MAPFRE BB SH2 alcançar desempenho significativo em 2017.

Esses princípios nortearam a Organização em 2018, sempre na busca por crescimento do mercado e por incrementos em seus resultados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

Ativo Circulante Disponível Bancos Equivalentes de caixa Aplicações Títulos e créditos a receber Créditos tributários Outros créditos a receber Despesas antecipadas Ativo não circulante Realizável a longo prazo Títulos e créditos a receber Depósitos Judiciais Investimentos Participações em empresas controladas Total do ativo	Nota	2017	2016	Passivo Circulante Contas a pagar Obrigações a pagar Impostos e encargos sociais a recolher Impostos e contribuições Patrimônio líquido Capital social Reservas de capital Reserva de lucros Ajustes com títulos e valores mobiliários Total do passivo	Nota	2017	2016
		109.839	174.485			1.263	156.470
Bancos	5	-	4	Obrigações a pagar	9	87	64.539
Equivalentes de caixa	5	1	53	Impostos e encargos sociais a recolher	10	44	70
Aplicações	6	96.706	126.923	Impostos e contribuições	11	3.435.374	3.666.758
Títulos e créditos a receber		13.055	47.477	Patrimônio líquido			
Créditos tributários	13b	2.324	39.431	Capital social		1.968.380	1.968.380
Outros créditos a receber	7	10.731	8.046	Reservas de capital		261.343	261.343
Despesas antecipadas		77	28	Reserva de lucros		1.204.065	1.435.104
Ativo não circulante		3.326.798	3.648.743	Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.586	1.931
Realizável a longo prazo		-	779				
Títulos e créditos a receber		-	779				
Depósitos Judiciais		-	779				
Investimentos	8	3.326.798	3.647.964				
Participações em empresas controladas		3.326.798	3.647.964				
Total do ativo		3.436.637	3.823.228			3.436.637	3.823.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários (16.081)	Lucros acumulados	Total
				Reserva de investimentos	Reserva de lucros			
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios - AGO de 29 de abril de 2016	1.968.380	261.343	71.721	1.046.198	110.000	-	110.000	3.331.561
Títulos e valores mobiliários (coligadas)	-	-	-	-	-	18.012	-	18.012
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	271.718	271.718
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>								
Reserva legal	-	-	13.586	-	-	-	(13.586)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	(64.533)	(64.533)
Reserva de investimentos	-	-	-	193.599	-	-	(193.599)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.968.380</b>	<b>261.343</b>	<b>85.307</b>	<b>1.349.797</b>	<b>193.599</b>	<b>1.931</b>	<b>3.666.758</b>	<b>(345)</b>
Mutações e valores mobiliários (coligadas)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	-	(17.768)	-	-	(17.768)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de julho de 2017	-	-	-	(20.670)	-	-	(20.670)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de junho de 2017	-	-	-	(23.900)	-	-	(23.900)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	-	(15.700)	-	-	(15.700)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	(46.300)	-	-	(46.300)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	(68.400)	-	-	(68.400)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	-	(4.050)	-	-	(4.050)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(7.900)	-	-	(7.900)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(26.351)	(26.351)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	(26.351)	-	-	26.351	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.968.380</b>	<b>261.343</b>	<b>85.307</b>	<b>1.118.758</b>	<b>1.586</b>	<b>-</b>	<b>3.435.374</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**  
**a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A MAPFRE BB SH2 está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras individuais consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando as seguintes fatores: i. Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; ii. A MAPFRE BB SH2 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; iii. A MAPFRE BB SH2 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; iv. A Administração intermediária da MAPFRE BB SH2, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE BB SH2 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da MAPFRE BB SH2 é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que podem resultar em um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 6 - Aplicações; e • Nota 13b - Créditos tributários. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A MAPFRE BB SH2 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações não são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Devido a essas mudanças, a Administração não aplicou as novas normas e interpretações. Instrumentos financeiros que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, pois participa como Acionista em sociedades seguradoras, que possuem atividades predominantemente relacionadas com seguros, de acordo com o requisito 20 da Revisão CPC nº 12/2017. A Companhia apresenta 88% de suas obrigações relacionadas com seguros em relação ao valor contábil de todos os seus passivos. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e reserwa técnica. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado o CPC 48.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Deletáveis são aqueles que podem ser resgatáveis em até 90 dias. **b) Aplicações:** A MAPFRE BB SH2 classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados nos resultados abrangentes por perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Deletáveis são aqueles que não são mantidos até o vencimento, não são mantidos até o vencimento e não são mantidos até o vencimento. **c) Redução do valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda de valor é revertida e registrada no resultado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda contábil permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período em que ocorreu. Um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da MAPFRE BB SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela MAPFRE BB SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a MAPFRE BB SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da MAPFRE BB SH2 em suas controladas. A MAPFRE BB SH2 determina em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a MAPFRE BB SH2 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são obrigações de longo prazo que são reconhecidas no resultado do período em que ocorreu a consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre passivos mensurados por meio do resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e o imposto a pagar sobre o lucro tributável no exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A MAPFRE BB SH2 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de benefícios adicionais significativo aos seus segurados em virtude de sinistros com caráter comercial, classificados através das variações de valor justos de seus ativos e passivos afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de seguros. Em situações de sinistros, a experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos virtuais seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é inerente a natureza dos negócios de seguros e os riscos de sinistros e eventos atípicos são inevitáveis. **Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da MAPFRE BB SH2 e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a MAPFRE BB SH2 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras individuais. O risco de crédito é gerenciado através de procedimentos relacionados ao comportamento dos preços de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, que estão principalmente

relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. **Risco de liquidez:** representa o risco de a MAPFRE BB SH2 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outros obrigações. A MAPFRE BB SH2 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ocorrência de fraudes ou eventos externos, incluindo o risco legal e excludente de riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A MAPFRE BB SH2 conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade no processo de gerenciamento de riscos, a MAPFRE BB SH2 e suas investidas contam com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade das operações decisórias da MAPFRE BB SH2. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da MAPFRE BB SH2. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Nas demonstrações financeiras individuais de cada investida foram apresentadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2017	2016
Bancos	-	4
Equivalentes de caixa (*)	1	53
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>57</b>

(\*) Equivalentes de caixa são compostos por fundos de investimentos de curto prazo, compostos substancialmente por títulos públicos federais, com vencimentos originais de até 90 dias.

**6. APLICAÇÕES**

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Vencimento		Ativos		Total	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	2017	%	2016
	(A)	(B)	(D)	(E = A + B + C + D)	(E)	(H)
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>79.913</b>	<b>16.795</b>	<b>(2)</b>	<b>96.706</b>	<b>96.706</b>	<b>100%</b>
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>79.913</b>	<b>16.795</b>	<b>(2)</b>	<b>96.706</b>	<b>96.706</b>	<b>100%</b>
Aplicações em fundos mútuos de investimento	1	-	-	-	0%	38
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	2.499	16.795	19.294	19.294	20%
Operações compromissadas (*)	1	77.414	-	77.414	77.414	80%
Totais	79.913	16.795	(2)	96.706	96.706	100%

**(\*)** Compreende aplicações financeiras com lastro em títulos públicos. **b) Hierarquia de valor justo**  
 Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
 

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve transferências de ativos entre níveis, bem como os títulos foram classificados como Nível 1.

**c) Movimentação**

	2017	2016
Dividendos a receber	10.731	8.046
<b>Total</b>	<b>10.731</b>	<b>8.046</b>

**8. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS**

	MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Brasileira Companhia de Seguros	Aliança do Brasil	Total
<b>Dados das investidas</b>				
Capital social	2.072.858	335.319	128.856	2.537.033
<b>Quantidade de ações possuídas:</b>				
ON	1.367.567.923	40.941.755	18.201	1.408.527.883
PN	-	31.821.068	160	31.821.228
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Total de ativos	9.379.027	2.809.100	916.322	13.104.449
Total de passivos líquido de provisões judiciais	6.758.771	1.799.663	656.426	9.214.860
Total de provisões judiciais	176.618	514.646	27.254	718.518
Patrimônio líquido	2.443.638	494.791	232.642	3.171.071
Total de receitas	6.092.416	1.500.746	610.575	8.203.737
Lucro líquido do exercício	(91.988)	83.777	(2.524)	(10.735)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>2.694.591</b>	<b>678.146</b>	<b>275.227</b>	<b>3.647.964</b>
Dividendos e juros sobre Capital Próprio	(158.200)	(111.733)	(40.154)	(310,087)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(766)	328	93	(345)
Resultado de equivalência patrimonial	(91.988)	83.777	(2.524)	(10.735)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.443.637</b>	<b>650.518</b>	<b>232.642</b>	<b>3.326.797</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>2.296.220</b>	<b>597.198</b>	<b>239.928</b>	<b>3.133.346</b>
Agio	-	155.727	-	155.727
Aumento de capital	413.345	-	15.185	428.530
Dividendos e juros sobre Capital Próprio	(184.700)	(191.500)	(73.446)	(449,646)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	14.604	1.346	2.062	18.012
Resultado de equivalência patrimonial	155.122	115.375	91.498	361.995
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.694.591</b>	<b>678.146</b>	<b>275.227</b>	<b>3.647.964</b>

inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**  
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**  
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**b) Agio:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizada a reorganização societária com a cisão do ativo do patrimônio líquido da empresa Aliança REV Participações S.A., a qual era controlada pela MAPFRE BB SH2, com versão do patrimônio para a Brasileveículos Companhia de Seguros e para a MAPFRE BB SH2, relativo à reconexão do agio originalmente registrado na incorporada. O referido agio é alocado à unidade de negócio para fins de teste anual de "impairment" (valor recuperável), a qual se beneficia da combinação de negócios que originou o agio. **Redução ao valor recuperável do agio:** A MAPFRE BB SH2 realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras individuais anuais. Em 31 de dezembro de 2017 foi realizado o teste de recuperabilidade para o agio registrado no total de R\$ 155.727, relativo à investida Brasileveículos Companhia de Seguros, considerada como unidade geradora de caixa, e segmento operacional que divulga informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do agio registrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:
 

- Premios emitidos, sinistralidade, comissamento e despesas administrativas: Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa.
- Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na taxa SELIC.
- Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas com compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior.
- Sensibilidade à mudanças nas premissas: As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:
  - Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento.
  - Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, acarretaria em prejuízo para aquela operação.
  - Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento. Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de crescimento, sinistralidade e taxa de desconto utilizadas da ordem de 5% e concluímos que o valor recuperável permaneceria superior ao valor contábil.

**9. OBRIGAÇÕES A PAGAR**

	2017	2016
Fornecedores	80	-
Dividendos a pagar	-	64.533
Outros valores a pagar	7	6
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>64.539</b>

**10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

	2017	2016
Antecipação de IRPJ	(11.835)	(1.748)
Provisão de IRPJ	11.835	54.883
Antecipação de CSLL	(4.134)	(2.486)
Provisão de CSLL	4.472	20.518
Provisão de COFINS	669	17.005
Provisão de PIS	125	3.689
<b>Total</b>	<b>1.132</b>	<b>91.861</b>

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.968.380 e está representado por 1.506.786.466 ações nominativas e sem valor nominal das quais 753.393.233 são ações ordinárias, 384.230.549 são ações preferenciais classe "A" e 369.162.684 são ações preferenciais classe "B". **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros e constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

**12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

	2017	2016
<b>a) Despesas administrativas</b>	<b>(3.103)</b>	<b>(4.548)</b>
Honorários com conselheiros	(1.658)	(1.760)
Serviços de terceiros	(87)	(97)
Localização e funcionamento	(325)	(373)
Despesas com donativos	(895)	(2.198)
Outras despesas administrativas	(138)	(120)
<b>b) Despesas com tributos</b>	<b>(5.573)</b>	<b>(23.209)</b>
Despesas com tributos	-	(1)
Impostos federais	(269)	(307)
INSS	(1)	(33)
IOF	(4.390)	(18.812)
COFINS	(913)	(4.056)
PIS / PASEP	-	-
<b>c) Resultado financeiro</b>	<b>9.366</b>	<b>12.886</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>9.366</b>	<b>12.886</b>
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	9.361	12.820
Outras receitas	5	66

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

# Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.  
**Prêmios emitidos:** No exercício de 2017, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.920,4 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao exercício anterior, avançado pela carteira de agronegócios/habitacional que apresenta liderança no mercado de seguros com 41,9% de participação (fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2017) e crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior. A carteira de seguros de pessoas apresenta 3º lugar na posição de mercado, com participação de 12,1%. Adicionalmente, a carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 35,5%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>6.852.242</b>	<b>6.464.916</b>
Disponível		142	60
Caixa e bancos	5	142	60
<b>Equivalentes de caixa</b>		<b>31.560</b>	<b>15.038</b>
<b>Aplicações</b>	6	<b>3.864.131</b>	<b>3.424.294</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.420.331</b>	<b>1.586.853</b>
Prêmios a receber	8	1.282.087	1.419.276
Operações com seguradoras		296	6.166
Operações com resseguradoras	9a	137.948	161.411
<b>Outros créditos operacionais</b>	10	<b>190.640</b>	<b>174.433</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	9a	<b>503.722</b>	<b>464.747</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>106.280</b>	<b>64.955</b>
Títulos e créditos a receber	11a	34.512	2.047
Créditos tributários e previdenciários	26b	48.565	43.123
Outros créditos	11b	23.203	19.785
<b>Outros valores e bens</b>		<b>452</b>	<b>534</b>
Bens à venda		154	134
Outros bens		298	400
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>10.466</b>	<b>12.717</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	19	<b>724.518</b>	<b>721.285</b>
Seguros		724.518	721.285
<b>Ativo não circulante</b>		<b>5.251.602</b>	<b>5.550.780</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>5.033.186</b>	<b>5.317.830</b>
<b>Aplicações</b>	6	<b>1.998.174</b>	<b>2.241.066</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>974.827</b>	<b>1.103.527</b>
Prêmios a receber	8	974.827	1.103.527
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	9a	<b>47.006</b>	<b>50.901</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>1.118.673</b>	<b>1.050.341</b>
Créditos tributários e previdenciários	26b	220.295	199.232
Depósitos judiciais e fiscais	23	898.378	851.109
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	19	<b>894.506</b>	<b>871.995</b>
Seguros		894.506	871.995
<b>Investimento</b>		<b>911</b>	<b>6.407</b>
Participações societárias		906	6.402
Outros investimentos		5	5
<b>Imobilizado</b>	12	<b>79.371</b>	<b>86.041</b>
Imóveis de uso próprio		780	951
Bens móveis		51.235	37.264
Outras imobilizações		27.356	47.826
<b>Intangível</b>	13	<b>138.134</b>	<b>140.502</b>
Outros intangíveis		138.134	140.502
<b>Total do ativo</b>		<b>12.103.844</b>	<b>12.015.696</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Despesas administrativas:** No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 4,9%, com aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Companhia, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.  
**Desempenho financeiro:** O resultado financeiro totalizou 537,3 milhões, com redução de 1,9% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve a venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 80,4 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifestou a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.  
**Índice combinado:** O índice combinado no exercício de 2017 foi de 74,4%, aumento de 3,5 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 68,9%, aumento de 3,3 p.p. em relação ao ano anterior.  
**Lucro líquido e por ação:** A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.500,8 milhões, redução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado, principalmente, pelo menor volume de vendas na carteira de seguro de pessoas. O lucro por ação foi de R\$ 2.147,87 em 2017 e R\$ 2.311,46 em 2016.  
**Investimentos e novos negócios:** Os investimentos realizados no exercício de 2017, no montante de R\$ 33,8 milhões, foram destinados à aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, móveis, veículos e outros ativos.

Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>5.948.209</b>	<b>5.885.913</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>596.310</b>	<b>648.582</b>
Obrigações a pagar	14	100.046	139.356
Impostos e encargos sociais a recolher		13.441	14.590
Encargos trabalhistas		6.684	6.777
Impostos e contribuições	15	474.139	488.069
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.374.987</b>	<b>1.289.516</b>
Prêmios a restituir		9.204	928
Operações com seguradoras		2.103	2.734
Operações com resseguradoras	9b	426.451	349.738
Corretores de seguros e resseguros	16	677.196	714.334
Outros débitos operacionais	17	260.033	221.782
<b>Depósitos de terceiros</b>	18	<b>20.474</b>	<b>67.393</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	19	<b>3.956.438</b>	<b>3.880.422</b>
Danos		1.974.744	1.740.694
Pessoas		1.735.882	1.952.856
Vida		245.812	186.872
<b>Passivo não circulante</b>		<b>4.601.830</b>	<b>4.399.202</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>9.024</b>	<b>-</b>
Tributos diferidos	26b	9.024	-
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	19	<b>3.896.841</b>	<b>3.783.698</b>
Danos		189.453	191.920
Pessoas		3.706.637	3.591.778
Vida		751	-
<b>Outros débitos</b>		<b>695.965</b>	<b>615.504</b>
Provisões judiciais	23	695.965	615.504
<b>Patrimônio líquido</b>	24	<b>1.553.805</b>	<b>1.730.581</b>
Capital social		655.745	655.745
Reservas de lucros		887.030	1.079.080
Ajustes com títulos e valores mobiliários		11.030	(4.244)

Total do passivo e patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais.

12.103.844 12.015.696

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reservas acumuladas		
655.745	131.149	741.572	(31.270)	-	-	1.497.196
-	-	-	27.026	-	-	27.026
-	-	(356.000)	-	-	-	(356.000)
-	-	(274.000)	-	-	-	(274.000)
-	-	(111.572)	-	-	-	(111.572)
-	-	-	-	-	1.615.159	1.615.159
-	-	-	-	-	(10.528)	(10.528)
-	-	-	-	-	(42.000)	(42.000)
-	-	-	-	-	(137.500)	(137.500)
-	-	-	-	-	(205.400)	(205.400)
-	-	-	-	-	(107.700)	(107.700)
-	-	-	-	-	(129.700)	(129.700)
-	-	-	-	-	(34.400)	(34.400)
-	-	947.931	-	-	(947.931)	-
655.745	131.149	947.931	(4.244)	-	-	1.730.581
-	-	-	15.274	-	-	15.274
-	-	(424.000)	-	-	-	(424.000)
-	-	(150.100)	-	-	-	(150.100)
-	-	(98.000)	-	-	-	(98.000)
-	-	(128.700)	-	-	-	(128.700)
-	-	(147.131)	-	-	-	(147.131)
-	-	-	-	-	1.500.850	1.500.850
-	-	-	-	-	(21.269)	(21.269)
-	-	-	-	-	(56.900)	(56.900)
-	-	-	-	-	(51.900)	(51.900)
-	-	-	-	-	(228.700)	(228.700)
-	-	-	-	-	(128.100)	(128.100)
-	-	-	-	-	(56.000)	(56.000)
-	-	-	-	-	(178.700)	(178.700)
-	-	-	-	-	(9.100)	(9.100)
-	-	-	-	-	(14.300)	(14.300)
-	-	755.881	-	-	(755.881)	-
655.745	131.149	755.881	11.030	-	-	1.553.805

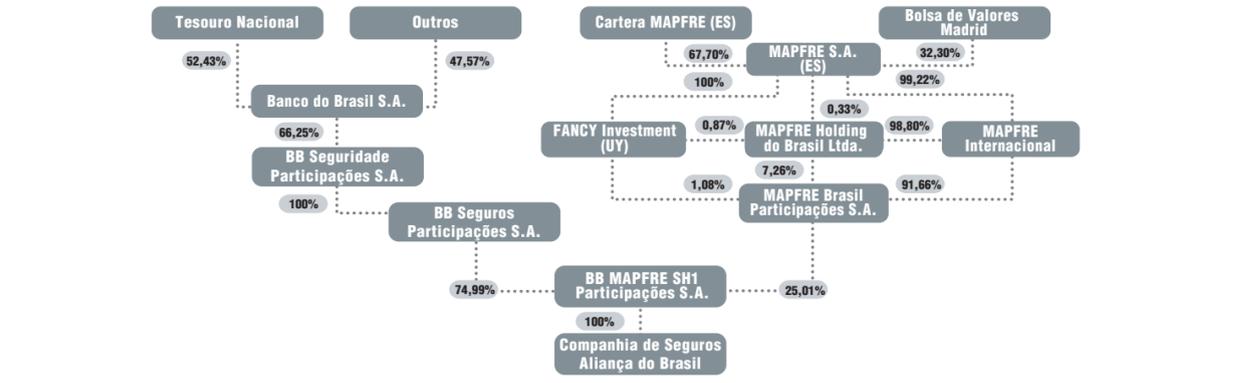
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e

empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017 o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo e a provisão complementar de prêmios para o produto ouro vida mensurado pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos acerca da aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii. informações sobre incertezas, sobre pressupostos e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3r e 25j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude de dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e prêmio líquido. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

**Distribuição de dividendos:** No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 1.692,9 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 1.622,6 milhões e R\$ 70,3 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de março, 03 de abril, 08 de maio, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada a formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.317,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.  
**Agredimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.  
São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos líquidos	25b	6.920.416	6.623.828
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(147.224)	204.085
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	25a	<b>6.773.692</b>	<b>6.827.913</b>
(+) Receita com emissão de apólice		10.255	10.644
(-) Sinistros ocorridos	25c	(2.067.478)	(2.609.914)
(-) Custos de aquisição	25d	(1.869.353)	(1.707.809)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(318.272)	(183.613)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f	(240.331)	89.786
(+) Receita com resseguro		637.863	861.831
(-) Despesa com resseguro		(878.194)	(772.045)
(-) Despesas administrativas	25g	(329.565)	(295.273)
(-) Despesas com tributos	25h	(207.736)	(134.732)
(+) Resultado financeiro	25i	537.303	547.747
(+) Receitas financeiras		625.343	722.879
(-) Despesas financeiras		(88.040)	(175.132)
(+) Resultado patrimonial		20	123
<b>(=) Resultado operacional</b>	2.287.635	<b>2.544.872</b>	<b>2.545.001</b>
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1	129
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	2.287.636	<b>2.545.001</b>	<b>2.545.001</b>
(-) Imposto de renda		(327.767)	(429.576)
(-) Contribuição social	26a	(446.560)	(493.194)
(-) Participações sobre o resultado	26a	(12.459)	(7.123)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	1.500.850	<b>1.615.159</b>	<b>1.615.159</b>
(/) Quantidade de ações		698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		2.147,87	2.311,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.500.850</b>	<b>1.615.159</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>15.274</b>	<b>27.026</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	27.770	49.138
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(12.496)	(22.112)
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>1.516.124</b>	<b>1.642.185</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>		
Controladores	1.516.124	1.642.185
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	1.500.850	1.615.159
<b>Ajustes para:</b>	<b>317.591</b>	<b>(24.606)</b>
Depreciação e amortizações	40.992	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

mortalidade BR-EMS Masculina. O cálculo realizado para o produto OVR apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses passivos são prestatos pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (AFSR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por depreciação ou valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e resultados nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes para venda, de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compostos caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **t) Provisões nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Rural	%	Demais	%	Total	%		
Centro Oeste	671.177	10%	791.345	12%	33.532	0%	1.496.054	22%	671.119	11%	507.777	9%	32.363	0%	1.211.259	20%
Nordeste	731.301	11%	212.872	3%	44.756	1%	988.929	15%	731.244	12%	147.431	2%	43.002	1%	921.677	15%
Norte	227.816	3%	123.237	2%	11.796	0%	362.849	5%	227.800	5%	95.381	1%	11.341	0%	334.522	6%
Sudeste	1.491.359	22%	609.044	9%	106.824	2%	2.207.227	33%	1.484.821	25%	477.998	8%	97.578	2%	2.060.397	35%
Sul	735.415	11%	909.448	13%	45.453	1%	1.689.916	25%	735.349	12%	634.673	11%	43.668	1%	1.413.690	24%
<b>Total</b>	<b>3.857.068</b>	<b>57%</b>	<b>2.645.546</b>	<b>39%</b>	<b>242.361</b>	<b>4%</b>	<b>6.744.975</b>	<b>100%</b>	<b>3.850.333</b>	<b>65%</b>	<b>1.826.260</b>	<b>31%</b>	<b>227.952</b>	<b>4%</b>	<b>5.941.545</b>	<b>100%</b>

Bruto de resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*)

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

2017

2016

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão obedece a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas descentralizadas pelo escopo de governança corporativa e abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo avaliado e controlado pelo Comitê de Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outras, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros; • **Comitê de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e recomendar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO; • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento aos indivíduos da Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela qualidade e confiabilidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, à divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas dos Comitês em seus regimentos e procedimentos. Para um grupo de contratos de seguro onde o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetivados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativos às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de caráter ativo, sendo o risco de subscrição passivo. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é concentrado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importância significativa e elevada. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de resseguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)					
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Rural	%	Demais	

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação de prêmios a receber

	2017	2016
Saldo inicial	2.522.803	2.749.764
(+) Prêmios emitidos	9.322.085	9.194.952
(+) IOF	(636)	(1.281)
(+) Adicional de fracionamento	(146)	(37)
(-) Prêmios cancelados	(2.439.052)	(2.078.939)
(-) Recebimentos	(7.150.521)	(7.383.738)
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável	(42.619)	42.082
<b>Saldo final</b>	<b>2.256.914</b>	<b>2.522.803</b>

	2017	2016
A vencer até 30 dias	580.877	570.178
A vencer de 31 a 60 dias	106.911	116.936
A vencer de 61 a 120 dias	127.043	140.631
A vencer de 121 a 180 dias	115.220	134.314
A vencer de 181 a 365 dias	229.346	281.199
A vencer acima de 365 dias	967.384	1.103.527
<b>Total a vencer</b>	<b>2.126.781</b>	<b>2.346.785</b>
Vencidos até 30 dias	109.810	77.108
Vencidos de 31 a 60 dias	14.371	14.946
Vencidos de 61 a 120 dias	5.028	58.613
Vencidos de 121 a 180 dias	419	12.187
Vencidos de 181 a 365 dias	304	11.564
Vencidos acima de 365 dias	201	1.600
<b>Total vencidos</b>	<b>130.133</b>	<b>176.018</b>
<b>Total</b>	<b>2.256.914</b>	<b>2.522.803</b>

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2017	2016
Recuperação de sinistros	138.868	161.411
Outros créditos com ressegurador	10.428	-
Redução ao valor recuperável	(11.348)	-
<b>Total</b>	<b>137.948</b>	<b>161.411</b>

	2017	2016
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	352.981	349.896
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	127.725	98.406
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	40.771	40.502
Risco vigente não emitido - RVNE	26.216	9.896
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.035	2.140
Outras	-	14.808
<b>Total</b>	<b>550.728</b>	<b>515.648</b>

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2017			2016		
	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção
Pessoas	3.857.068	6.735	99,83%	3.824.856	5.728	99,85%
Rural	2.645.546	782.286	70,43%	3.244.532	717.900	69,38%
Outros	242.361	14.409	94,05%	221.238	19.174	91,33%
<b>Total</b>	<b>6.744.975</b>	<b>803.430</b>	<b>88,09%</b>	<b>6.390.666</b>	<b>742.802</b>	<b>88,38%</b>

(\*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ 59.700 e R\$ 115.741 respectivamente (R\$ 53.601 e R\$ 179.561 em 2016). (\*\*) Não inclui RVNE no valor de R\$ (20.193) (R\$ 2.584 em 31 de dezembro de 2016).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017						Total
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	
<b>Provisões técnicas - seguros</b>							
Saldo inicial	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317
Constituições	6.539.519	-	-	12.174	57.580	18.812	541.777
Diferimento pelo risco decorrido	(6.461.737)	-	-	-	-	-	6.697.197
Aviso de sinistros	-	-	2.555.312	-	-	-	(6.461.737)
Pagamento de sinistros	-	-	(1.857.464)	-	-	(4.203)	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(700.784)	-	-	-	(700.784)
Atualização monetária e juros	-	-	(22.310)	-	-	-	(22.310)
Reversões	-	-	(1)	-	-	-	(16.851)
<b>Saldo final</b>	<b>5.370.586</b>	<b>462</b>	<b>1.351.893</b>	<b>(142.182)</b>	<b>613.414</b>	<b>43.751</b>	<b>460.889</b>

(\*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 587.032 (R\$ 598.340 em 31 de dezembro de 2016).

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.593.280	1.662.045
Constituições/diferimento	25.744	(68.765)
Saldo no final do exercício	1.619.024	1.593.280

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	4.870.787	956.727	1.652.505	1.806.927	2.496.291	2.009.805
Um ano após o aviso	4.403.428	881.930	1.498.331	1.700.947	2.358.678	2.358.678
Dois anos após o aviso	4.500.711	862.171	1.522.654	1.702.094	-	-
Três anos após o aviso	4.605.490	872.806	1.534.011	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.680.789	883.345	-	-	-	-
Cinco anos ou mais após o aviso	4.758.357	-	-	-	-	4.758.357
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	4.758.357	883.345	1.534.011	1.702.094	2.358.678	2.009.805
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	4.369.963	827.849	1.448.184	1.619.142	2.243.686	1.396.610
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	388.394	55.496	85.827	82.952	114.992	613.195
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	195.732
Total de provisão (PSL, IBNeR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	-	-	-	-	-	1.536.588
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	330.288
Total de provisão (PSL, IBNeR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	1.866.876
<b>Montante de sinistros pagos</b>						
Até 2012	3.127.796	549.228	1.027.328	1.188.065	1.869.717	1.396.610
No ano do aviso	4.034.611	787.268	1.415.117	1.601.648	2.433.686	2.433.686
Um ano após o aviso	4.170.325	807.783	1.433.940	1.619.142	-	1.619.142
Dois anos após o aviso	4.274.726	817.107	1.448.184	-	-	1.448.184
Três anos após o aviso	4.323.875	827.849	-	-	-	827.849
Quatro anos após o aviso	-	-	-	-	-	-
Cinco anos ou mais após o aviso	4.369.963	-	-	-	-	4.369.963
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	4.369.963	827.849	1.448.184	1.619.142	2.243.686	1.396.610

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros

	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	4.187.703	857.422	1.599.949	1.659.707	1.859.410	1.631.693
Um ano após o aviso	3.804.044	755.807	1.149.777	1.246.332	1.513.839	1.513.839
Dois anos após o aviso	3.878.435	693.627	1.124.042	1.210.060	-	-
Três anos após o aviso	3.905.516	686.756	1.140.086	-	-	-
Quatro anos após o aviso	3.957.021	700.210	-	-	-	-
Cinco anos ou mais após o aviso	4.028.309	-	-	-	-	4.028.309
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	4.028.309	700.210	1.140.086	1.210.060	1.513.839	1.631.693
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	3.659.371	646.886	1.059.657	1.132.314	1.403.789	1.130.447
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	368.938	53.324	80.429	77.746	110.050	501.246
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	173.322
Total de provisão (PSL, IBNeR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	-	-	-	-	-	1.365.055
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	330.288
Total de provisão (PSL, IBNeR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	1.695.343

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros e processamento de prêmios aguardando a compensação bancária, para a dívida bancária respectivamente na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 112.659 (R\$ 92.623 em 31 de dezembro de 2016), e créditos bancários recebidos no início do mês subsequente no montante de R\$ 75.588 (R\$ 78.271 em 31 de dezembro de 2016).

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber é composto, substancialmente, por valores relativos ao subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no montante de R\$ 18.129, compartilhamento de despesas no montante de R\$ 535 (R\$ 9.014 em 31 de dezembro de 2016) e outros créditos no montante de R\$ 15.848

b) Outros créditos é composto principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R\$ 15.212 (R\$ 13.105 em 31 de dezembro de 2016).

12. IMOBILIZADO

	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2017
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	951	-	(171)	780
Equipamentos	20%	26.866	8.755 (1.137)	(7.470)	27.014
Móveis, máquinas e utensílios	10%	9.437	16.079 (10)	(2.632)	22.874
Veículos	20%	961	993 (280)	(327)	1.347
Outras imobilizações	57% a 63%	47.826	219 (16.139)	(4.550)	27.356
<b>Total</b>		<b>86.041</b>	<b>26.046 (17.566)</b>	<b>(15.150)</b>	<b>79.371</b>

	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2016
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	1.121	-	(170)	951
Equipamentos	20%	25.375	17.780 (10.210)	(6.079)	26.866
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.126	9.158 (6)	(841)	9.437
Veículos	20%	1.183	300 (153)	(369)	961
Outras imobilizações	57% a 63%	26.115	21.712	(1)	47.826
<b>Total</b>		<b>54.920</b>	<b>48.950 (10.369)</b>	<b>(7.460)</b>	<b>86.041</b>

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual em 2016	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2017
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	140.502	28.114	(4.640)	(25.842)	138.134
<b>Total</b>		<b>140.502</b>	<b>28.114</b>	<b>(4.640)</b>	<b>(25.842)</b>	<b>138.134</b>

	Taxa anual em 2015	Saldo em 2015	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2016
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	97.509	85.021	(18.968)	(23.060)	140.502
<b>Total</b>		<b>97.509</b>	<b>85.021</b>	<b>(18.968)</b>	<b>(23.060)</b>	<b>140.502</b>

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2017	2016
Fornecedores	71.941	89.214
Despesas compartilhadas a pagar (nota explicativa nº 27)	9.733	11.246
Participações nos lucros a pagar	11.095	7.659
Honorários e remunerações	909	485
Outras obrigações	6.368	30.752
<b>Total</b>	<b>100.046</b>	<b>139.356</b>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Imposto de renda	332.179	376.571
Antecipação de imposto de renda	(203.578)	(226.325)
Contribuição social	468.750	476.994
Antecipação de contribuição social	(142.030)	(153.019)
COFINS	16.187	11.912
PIS/PASEP	2.630	1.936
Outros	1	-
<b>Total</b>	<b>474.139</b>	<b>488.069</b>

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Está representado, principalmente, pela provisão do FESR - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, no montante de R\$ 231.958 (R\$ 227.143 em 31 de dezembro de 2016).

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmio a receber, assim como de depósitos da Companhia.

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fiscal</b>	<b>617.198</b>	<b>592.833</b>	<b>671.962</b>	<b>644.467</b>
COFINS	582.752	559.307	624.730	599.443
PIS	12.756	12.418	15.330	14.925
CSLL	13.942	13.582	14.736	13.799
IRPJ	7.748	7.526	7.635	7.512
Outros	-	-	9.541	8.788
<b>Trabalhista</b>	<b>546</b>	<b>927</b>		

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

**a) Principais ramos de atuação**

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vida em grupo	1.481.812	1.755.605	35,46%	33,56%	44,78%	33,81%
Prestamista	1.281.634	1.471.762	26,47%	30,57%	30,56%	30,33%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	858.144	767.362	48,80%	108,77%	8,73%	7,26%
Seguro de vida do produtor rural	753.787	647.555	14,69%	12,42%	29,17%	29,11%
Penhor rural instituições financeiras						
Privadas	679.839	645.724	26,58%	23,64%	10,13%	10,18%
Acidentes pessoais coletivos	483.083	544.548	9,08%	14,25%	32,74%	33,71%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	268.596	257.140	81,56%	67,70%	8,29%	7,63%
Doenças graves ou doença terminal	185.208	207.611	17,46%	20,54%	36,82%	37,52%
Demais ramos	780.689	530.606	25,30%	39,37%	25,86%	14,50%
<b>Total</b>	<b>6.772.792</b>	<b>6.827.913</b>	<b>30,53%</b>	<b>38,22%</b>	<b>27,60%</b>	<b>25,01%</b>

**g) Despesas administrativas**

2017	2016
(329.565)	(295.273)
(127.808)	(116.441)
(83.832)	(74.930)
(71.003)	(56.772)
(16.135)	(14.031)
(17.828)	(17.637)
(12.959)	(15.462)
<b>(207.736)</b>	<b>(134.732)</b>
COFINS	(175.436)
COFINS - Crédito tributário	597
PIS	(28.627)
PIS - Crédito tributário	97
Taxa de fiscalização	(3.245)
Outras despesas com tributos	(1.122)
<b>537.303</b>	<b>547.747</b>
<b>625.343</b>	<b>722.879</b>
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	286.557
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	103.121
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	110.170
Receita com venda de ações	80.407
Rendimento equivalente de caixa	358
Atualização de depósitos judiciais	34.476
Operações de seguros	1.417
Outras receitas financeiras	8.837
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(88.040)</b>
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar	22.682
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(56.218)
Operações de seguros	(35.781)
Redução ao valor recuperável - aplicações	(1.294)
Taxa de administração	(13.380)
Outras despesas financeiras	(4.049)
<b>j) Determinação se um contrato contém um arrendamento:</b> O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros, Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantem firmados instrumentos de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as Locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até o início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MF/GV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MF/GV; • Call Center localizado na cidade de Franco: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; e • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2017, estão demonstrados a seguir:	

**Obrigações a pagar - Compartilhamento**

2017	2016
9.733	11.246
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
177	261
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada
—	(76)
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada
1.332	389
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada
8.224	11.352
<b>Obrigações a pagar - Outras</b>	<b>1.021</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
757	—
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada
184	184
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada
39	39
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada
39	—
<b>Prêmios a restituir</b>	<b>13.519</b>
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada
13.519	—
<b>Prêmios de resseguro cedido</b>	<b>6.401</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada
—	11.028
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada
6.404	2.584
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada
27	8
<b>Comissão sobre prêmios</b>	<b>224</b>
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada
224	10.925
Provisão de sinistros a liquidar	—
Banco do Brasil S.A.	Coligada
—	8.301
<b>Total do passivo</b>	<b>30.928</b>
<b>Resultado</b>	<b>44.315</b>
<b>Prêmios diretos</b>	<b>396</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
12	74
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada
19	170
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada
27	52
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada
318	1.438
BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (*)	Acionista
9	11
MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (*)	Acionista
1	13
<b>IRB Brasil Resseguro cedido</b>	<b>(156.398)</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada
—	(622.180)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada
(152.670)	(148.596)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada
(3.728)	(4.799)
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(23.215)</b>
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada
(23.215)	(24.723)
<b>Recuperação de sinistros ocorridos</b>	<b>115.084</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada
—	673.473
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada
112.799	181.800
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada
2.285	1.316
<b>Custo de aquisição</b>	<b>(1.809.450)</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada
(36.590)	(353.498)
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada
(404)	(713)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada
(1.772.537)	(1.503.619)
<b>Varição dos custos de aquisição diferidos</b>	<b>1.765</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada
1.765	(3.734)
<b>Outras receitas e despesas operacionais - RVR Resseguro</b>	<b>(1.362)</b>
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada
(502)	—
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada
(860)	—
<b>Outras receitas e despesas operacionais - Outros</b>	<b>(2.258)</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
(166)	(83)
Ativos S.A. Gestão Cobr e Recup de Créd.	Coligada
(3)	—
Banco do Brasil S.A.	Coligada
—	(14.201)
Brasilcap Capitalização S.A.	Coligada
(2.076)	(692)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada
(13)	—
<b>Despesas administrativas - Compartilhamento</b>	<b>118.997</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
(8.223)	10.454
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada
(5.696)	11.768
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada
19.378	(14.995)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada
113.538	(48.731)
<b>Despesas administrativas - Pessoal</b>	<b>(10.351)</b>
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada
(757)	—
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada
(1.067)	(863)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada
(39)	—
MAPFRE Saúde Ltda.	Coligada
(8.488)	(4.436)
<b>Despesas administrativas - Outras</b>	<b>(17.059)</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada
—	(7)
Banco do Brasil S.A.	Coligada
—	(17.059)
<b>Despesas financeiras - Taxa de administração</b>	<b>(15.020)</b>
BB Gestão de Recursos - Distrib. de Títulos e Val. Mobil. S.A.	Coligada
(15.020)	(9.518)
<b>Total do resultado</b>	<b>(1.798.871)</b>

**Arrendamento**

Sede GRUPO	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos	
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro
Call Center - Franca	1.777	1.777	56.967	78.380	82.196	273.723	156.940	369.880
Call Center - São Carlos	1.327	1.626	3.619	5.302	4.946	6.938	466	19.027
<b>Total</b>	<b>20.476</b>	<b>20.967</b>	<b>65.579</b>	<b>90.568</b>	<b>88.639</b>	<b>284.197</b>	<b>174.912</b>	<b>395.732</b>

**Arrendamento**

Sede GRUPO	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos	
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro
Call Center - Franca	46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	270.324	413.009	973.369
Call Center - São Carlos	3.492	4.279	9.523	13.952	13.015	18.231	13.015	18.231
<b>Total</b>	<b>53.884</b>	<b>55.176</b>	<b>173.439</b>	<b>238.335</b>	<b>233.262</b>	<b>274.888</b>	<b>460.295</b>	<b>624.845</b>

**Despesas de arrendamento**

Sede GRUPO	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos	
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro
Call Center - Franca	1.777	1.777	56.967	78.380	82.196	273.723	156.940	369.880
Call Center - São Carlos	1.327	1.626	3.619	5.302	4.946	6.938	466	19.027
<b>Total</b>	<b>20.476</b>	<b>20.967</b>	<b>65.579</b>	<b>90.568</b>	<b>88.639</b>	<b>284.197</b>	<b>174.912</b>	<b>395.732</b>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>2.275.177</b>	<b>2.275.177</b>	<b>2.537.878</b>	<b>2.537.878</b>
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(568.770)	(455.035)	23.445	(507.575)
Diferenças temporárias	(31.062)	(24.849)	63.882	18.971
Diferenças permanentes	(4.171)	(2.926)	(4.935)	(3.670)
Seguros rurais	209.045	—	173.640	—
Amortização de ágio	26.650	—	29.072	—
Juros sobre o capital próprio	17.575	14.060	19.100	15.280
Deduções incentivadas	18.554	—	17.115	—
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(332.179)</b>	<b>(468.750)</b>	<b>(376.571)</b>	<b>(476.994)</b>
Constituição/Reversão de crédito tributário	4.412	24.849	(52.954)	(18.971)
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	—	(2.659)	—	2.771
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(327.767)</b>	<b>(446.560)</b>	<b>(429.525)</b>	<b>(493.194)</b>
Alíquota efetiva (%)	14%	20%	17%	19%

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas da Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Companhia manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os a Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

**a) Sumário das transações com partes relacionadas**

	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>	<b>202.741</b>	<b>698.614</b>
<b>Bancos</b>	<b>2</b>	<b>7</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada	2
<b>Operações com seguradora - Cosseguro aceito</b>	<b>—</b>	<b>419</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	—
<b>Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador</b>	<b>36.070</b>	<b>157.244</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	5.984
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	35.689
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	381
<b>Provisões técnicas de ativos de resseguro</b>	<b>113.245</b>	<b>480.806</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	—
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	84.199
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	29.046
<b>Títulos e créditos a receber - Compartilhamento</b>	<b>98</b>	<b>8.576</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	—
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	98
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	—
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	—
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>40.023</b>	<b>36.671</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada	40.023
<b>Varição dos custos de aquisição diferidos</b>	<b>13.303</b>	<b>14.891</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada	13.303
<b>Ativo não circulante</b>	<b>10.595</b>	<b>34.711</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	—
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	7.878
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.717
<b>Total do ativo</b>	<b>213.316</b>	<b>733.325</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>30.928</b>	<b>44.315</b>

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.067 (R\$ 863 em 31 de dezembro de 2016).

**29. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais da empresa líder. **b) Assuntos regulamentares:** Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Companhia foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Companhia absteve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os ativos sujeitos à redução ao valor recuperável.

**30. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:

i. carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB E MAPFRE"); • canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e DPVAT; e • canal *affinity*: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB E MAPFRE por meio do canal *affinity*, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, hipótese quando o canal *affinity* em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), exceto essa que será administrada a grande reserva;

ii. carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE: • canal corretor e *affinity*: vida, prestamista, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e • canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.  
 A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.  
 Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.  
**Prêmios emitidos**  
 No exercício, a Seguradora apresentou R\$ 760,3 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 0,6% sobre o ano anterior. A carteira de vida cresceu 3,8% e a carteira de DPVAT apresentou decréscimo de 37,3%, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.  
**Despesas administrativas**  
 No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,2%, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Seguradora, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.  
**Desempenho financeiro**  
 O resultado financeiro totalizou R\$ 63,8 milhões com redução de 15,3% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve a venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 1,7 milhões.  
**Índice combinado**  
 O índice combinado no exercício de 2017 foi de 97,5%, aumento de 7,5 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 90,0%, aumento de 8,2 p.p. em relação ao ano anterior.  
**Lucro líquido e por ação**  
 A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 35,0 milhões, redução de 62,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 0,91 em 2017 e R\$ 2,44 em 2016.  
**Investimentos e novos negócios**  
 A Seguradora fez investimentos, no montante de R\$ 9,0 milhões no exercício de 2017, destinados a equipamentos e sistemas de informática, móveis, veículos e outros ativos.

**Distribuição de dividendos**  
 No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 52,4 milhões na forma de dividendos e de juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 36,8 milhões e R\$ 15,6 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de fevereiro, 08 de maio, 02 de junho e 04 de julho de 2017.  
 Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.  
**Agradecimentos**  
 Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.  
 São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.  
**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>913.825</b>	<b>688.586</b>
Disponível		574	1.996
Caixa e bancos	5	574	1.996
<b>Equivalente de caixa</b>	<b>5</b>	<b>1.481</b>	<b>7.406</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>731.870</b>	<b>457.132</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>7</b>	<b>114.637</b>	<b>157.503</b>
Prêmios a receber	8	88.009	94.053
Operações com seguradoras	7a	15.729	24.915
Operações com resseguradoras	8a	10.899	38.535
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>9a</b>	<b>5.414</b>	<b>7.307</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9a</b>	<b>6.394</b>	<b>10.577</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>10</b>	<b>37.360</b>	<b>31.775</b>
Títulos e créditos a receber	10	5.648	3.075
Créditos tributários e previdenciários	24b	29.144	26.808
Outros créditos		2.568	1.892
<b>Outros valores e bens</b>	<b>87</b>	<b>226</b>	<b>226</b>
Outros valores		87	226
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>17</b>	<b>5.246</b>	<b>3.781</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>17</b>	<b>10.762</b>	<b>10.883</b>
Seguros		10.762	10.883
<b>Ativo não circulante</b>	<b>342.831</b>	<b>585.479</b>	<b>4.139</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>6</b>	<b>301.447</b>	<b>543.333</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>89.921</b>	<b>309.428</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9a</b>	<b>60</b>	<b>137</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>210.338</b>	<b>232.705</b>	<b>218.926</b>
Créditos tributários e previdenciários	24b	196.248	218.926
Depósitos judiciais e fiscais	21a	14.090	13.296
Outros créditos		-	483
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>17</b>	<b>1.128</b>	<b>1.063</b>
Seguros		1.128	1.063
<b>Investimentos</b>	<b>3.887</b>	<b>4.139</b>	<b>420</b>
Participações societárias		245	420
Imóveis destinados à renda		3.632	3.709
Outros investimentos		10	10
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>2.178</b>	<b>3.714</b>
Bens móveis		1.341	1.576
Outras imobilizações		837	2.138
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>35.319</b>	<b>34.293</b>
Outros intangíveis		35.319	34.293
<b>Total de ativo</b>		<b>1.256.656</b>	<b>1.274.065</b>

Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>544.200</b>	<b>539.010</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>13</b>	<b>39.260</b>	<b>30.495</b>
Obrigações a pagar		33.275	13.233
Impostos e encargos sociais a recolher		1.433	6.980
Encargos trabalhistas		1.379	3.523
Impostos e contribuições	14	2.924	4.501
Outras contas a pagar		249	2.258
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>50.529</b>	<b>63.275</b>	<b>63.275</b>
Prêmios a restituir		3.603	3.575
Operações com seguradoras	8b	8.191	14.833
Operações com resseguradoras	9b	5.543	15.420
Corretores de seguros e resseguros	15	29.304	26.346
Outros débitos operacionais		3.888	3.101
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>16</b>	<b>12.548</b>	<b>22.920</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>17</b>	<b>441.683</b>	<b>422.320</b>
Danos		89.409	84.393
Pessoas		294.799	282.312
Vida individual		57.475	55.615
<b>Passivo não circulante</b>	<b>267.600</b>	<b>246.901</b>	<b>246.901</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>24b</b>	<b>493</b>	<b>1.402</b>
Tributos diferidos		493	1.402
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>17</b>	<b>240.820</b>	<b>230.312</b>
Danos		14.012	16.466
Pessoas		209.598	196.435
Vida individual		17.210	17.411
<b>Outros débitos</b>	<b>21</b>	<b>26.287</b>	<b>15.187</b>
Provisões judiciais	21	26.287	15.187
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>22</b>	<b>445.036</b>	<b>488.154</b>
Capital social		439.766	439.766
Redução de capital (em aprovação)		(24.600)	-
Reservas de lucros		29.266	46.673
Ajuste de títulos e valores mobiliários		604	1.715
<b>Total de passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.256.656</b>	<b>1.274.065</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

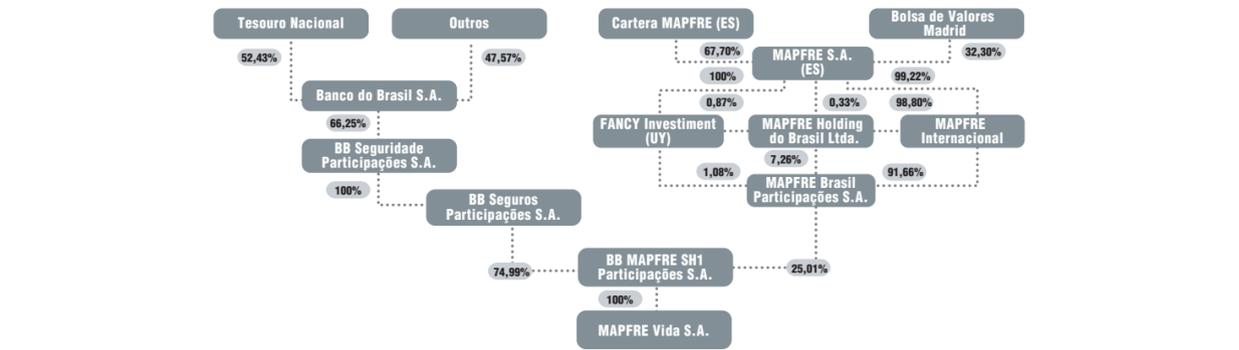
	Capital social	Redução de capital (em aprovação)	Reservas de capital (Doações e subvenções)	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros (Reserva de investimentos)	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>468.766</b>	-	<b>112</b>	<b>2.406</b>	<b>7.790</b>	<b>5.299</b>	<b>(3.960)</b>	-	<b>480.413</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	5.675	-	5.675
Redução de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	(29.000)	-	-	-	-	-	-	-	(29.000)
Redução da reserva de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	-	-	(112)	(2.406)	-	-	-	-	(2.518)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	-	(5.299)	-	-	(5.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.284	93.284
Distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	-	4.664	-	-	(4.664)	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(5.501)	(5.501)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(25.400)	(25.400)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	34.219	1.715	(34.219)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>439.766</b>	-	-	-	<b>12.454</b>	<b>34.219</b>	<b>1.715</b>	-	<b>488.154</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.111)	-	(1.111)
Redução de capital em aprovação - AGE de 15 de setembro de 2017 (nota explicativa nº 27a)	-	(24.600)	-	-	-	-	-	-	(24.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	-	-	(28.400)	-	-	(28.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	-	-	(5.819)	-	-	(5.819)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.993	34.993
Distribuição do resultado:									
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(5.381)	(5.381)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(8.400)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(4.400)	(4.400)
Reserva legal	-	-	-	-	1.749	-	-	(1.749)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	15.063	-	(15.063)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>439.766</b>	<b>(24.600)</b>	-	-	<b>14.203</b>	<b>15.063</b>	<b>604</b>	-	<b>445.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.  
**b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.  
**c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.  
**d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3l, 18 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3q e 23j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 24b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituiu a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos

financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, remuneração de agência, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor. Em 2017, a redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitórios em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econôm

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

puer ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições regularizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **q) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de desobediência;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado como o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. Os níveis de risco inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações e perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **• Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus requisitos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de ser os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que os provisionamentos e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	2017	2017	2017	2017
Centro Oeste	188.015	26%	188.015	26%
Nordeste	3.811	1%	3.811	1%
Sudeste	448.078	61%	442.971	61%
Sul	84.516	12%	84.064	12%
<b>Total</b>	<b>724.420</b>	<b>100%</b>	<b>718.861</b>	<b>100%</b>
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	2016	2016	2016	2016
Centro Oeste	165.665	24%	165.664	24%
Nordeste	19.167	3%	19.167	3%
Norte	4.817	1%	4.817	1%
Sudeste	452.257	65%	446.338	65%
Sul	49.759	7%	48.023	7%
<b>Total</b>	<b>691.665</b>	<b>100%</b>	<b>684.009</b>	<b>100%</b>

(\*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (1.031) e R\$ 36.931 (R\$ 5.003 e R\$ 58.881 em 31 de dezembro de 2016).

**Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade		Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
	2017	2017	2017	2016
<b>a. IBNR</b>	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	4.765	(2.165)
<b>b. Sinistralidade</b>	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(21.815)	(21.815)

**Risco de crédito:** É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: **• Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **• Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e da admitida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

**Prêmio cedido aos resseguradores:**

Rating	Local		Admitida		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A	1.848	2.030	3.878	6.602	351	6.953
A-	1.681	1.681	1.681	703	—	703
<b>Total</b>	<b>3.529</b>	<b>2.030</b>	<b>5.559</b>	<b>7.305</b>	<b>351</b>	<b>7.656</b>

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição.

Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos financeiros - Rating	2017			2016		
	AAA	AA+	AA	AA-	S/Rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	—	—	—	792.683	—	792.683
Debêntures	5.068	—	2.878	5.675	—	9.260
Letras financeiras	480	—	10.715	—	—	11.195
Certificados de depósito bancário	—	—	—	—	—	11.195
<b>Total</b>	<b>5.548</b>	<b>—</b>	<b>13.593</b>	<b>802.650</b>	<b>—</b>	<b>821.791</b>

Ativos financeiros - Rating	2017			2016		
	AAA	AA+	AA	A+	S/Rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	—	—	748.680	—	—	748.680
Debêntures	—	5.040	6.559	1.005	—	12.604
Letras financeiras	2.582	—	2.582	—	—	5.164
Outras aplicações	—	—	—	—	112	112
<b>Total</b>	<b>2.582</b>	<b>5.040</b>	<b>757.821</b>	<b>1.005</b>	<b>112</b>	<b>766.560</b>

(\*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 212.935 (R\$ 155.582 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Disponível	574	—	—	—	—	—	574
Equivalente de caixa	1.481	—	—	—	—	—	1.481
Aplicações (*)	246.567	399.635	72.100	718.302	—	—	718.302
Créditos das operações de seguros e resseguros	114.637	—	—	—	—	—	114.637
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.826	2.917	711	6.454	—	—	6.454
Outros créditos operacionais	5.414	—	—	—	—	—	5.414
Títulos e créditos a receber (**)	8.216	—	—	—	—	—	8.216
Outros valores e bens	87	—	—	—	—	—	87
Despesas antecipadas	5.246	—	—	—	—	—	5.246
Custos de aquisição diferidos	10.762	1.128	—	—	—	—	11.890
<b>Total do ativo</b>	<b>395.810</b>	<b>403.680</b>	<b>72.811</b>	<b>872.301</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>872.301</b>
Provisões técnicas (*)(***)	261.081	259.810	58.191	579.082	—	—	579.082
Contas a pagar	39.260	493	—	39.753	—	—	39.753
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.529	—	—	50.529	—	—	50.529
Dépósitos de terceiros	12.548	—	—	12.548	—	—	12.548
<b>Total do passivo</b>	<b>363.418</b>	<b>260.303</b>	<b>58.191</b>	<b>681.912</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>681.912</b>

	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Disponível	1.996	—	—	—	—	—	1.996
Equivalente de caixa	7.406	—	—	—	—	—	7.406
Aplicações (*)	185.446	407.682	72.550	665.678	—	—	665.678
Créditos das operações de seguros e resseguros	157.503	—	—	—	—	—	157.503
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	5.381	4.125	1.208	10.714	—	—	10.714
Outros créditos operacionais	7.307	—	—	—	—	—	7.307
Títulos e créditos a receber (**)	4.968	483	—	5.451	—	—	5.451
Outros valores e bens	226	—	—	226	—	—	226
Despesas antecipadas	3.781	—	—	3.781	—	—	3.781
Custos de aquisição diferidos	10.983	1.063	—	—	—	—	11.946
<b>Total do ativo</b>	<b>384.897</b>	<b>413.353</b>	<b>73.758</b>	<b>872.008</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>872.008</b>
Provisões técnicas (*)(***)	283.134	212.603	56.035	551.772	—	—	551.772
Contas a pagar	30.495	1.402	—	31.897	—	—	31.897
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.275	—	—	63.275	—	—	63.275
Dépósitos de terceiros	22.920	—	—	22.920	—	—	22.920
<b>Total do passivo</b>	<b>399.824</b>	<b>214.005</b>	<b>56.035</b>	<b>669.864</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>669.864</b>

(\*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 103.489 (R\$ 100.882 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 103.421 (R\$ 100.860 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (\*\*\*) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 14.090 (R\$ 13.296 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 26.287 (R\$ 15.187 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 225.392 (R\$ 245.734 em 31 de dezembro de 2016) também não foram classificados no quadro acima. (\*\*\*) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é otimizar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo garantir o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2017	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	12	1.347.856
Rentabilidade	1	53.708

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*) da

**6. APLICAÇÕES**

**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo			Sem vencimento	Ativos			Ganho/perda não realizada	2017	2016	%	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		Valor contábil	Valor de curva	Valor justo					
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>221.851</b>	<b>381.813</b>	<b>—</b>	<b>103.432</b>	<b>707.096</b>	<b>707.096</b>	<b>707.096</b>	<b>—</b>	<b>707.096</b>	<b>86%</b>	<b>427.266</b>	<b>56%</b>
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>221.851</b>	<b>381.813</b>	<b>—</b>	<b>103.432</b>	<b>707.096</b>	<b>707.096</b>	<b>707.096</b>	<b>—</b>	<b>707.096</b>	<b>100%</b>	<b>427.266</b>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2017	2016
<b>a) Ativo</b>		
Recuperação de sinistros de resseguros	9.736	38.086
Outros	1.163	449
<b>Total</b>	<b>10.899</b>	<b>38.535</b>
	2017	2016
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	5.798	10.045
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	191.823	518
Provisão de eventos ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	2	15
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.454	10.714
<b>Total</b>	<b>6.454</b>	<b>10.714</b>
	2017	2016
Prêmios cedidos em resseguro	5.543	9.328
Outros	-	6.092
<b>Total</b>	<b>5.543</b>	<b>15.420</b>

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 23b)	Resseguro cedido (nota 23f)	Retenção 99%
Pessoas	724.420	5.559	99%
	2017	2016	
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 23b)	Resseguro cedido (nota 23f)	Retenção 99%
Pessoas	691.665	7.656	99%

(\*) As operações estão liquidadas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (1.031) e R\$ 36.931 (R\$ 5.003 e R\$ 58.881 em 31 de dezembro de 2016).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

É composto, substancialmente, pelo saldo de compartilhamento de despesas R\$ 1.444 (R\$ 1.623 em 31 de dezembro de 2016) e títulos de capitalização no valor de R\$ 1.170 (R\$ 535 em 31 de dezembro de 2016).

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2017
Equipamentos	20%	283	7	-	(51)	239
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.052	-	-	(169)	883
Veículos	20%	241	78	-	(100)	219
Outras imobilizações	10% a 20%	2.138	-	-	(1.301)	837
<b>Total</b>		<b>3.714</b>	<b>85</b>		<b>(1.621)</b>	<b>2.178</b>

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não relacionados - PDR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2017
<b>Provisões técnicas - seguros</b>						
Saldo inicial	52.675	404.796	20.515	167.731	2.544	652.632
Constituições	91.731	-	-	13.832	-	105.563
Diferimento pelo risco decorrido	(95.935)	-	-	-	-	(95.935)
Aviso de sinistros	-	701.703	-	-	-	701.703
Pagamento de sinistros	-	(363.952)	-	-	(2.661)	(366.613)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(317.185)	-	-	-	(317.185)
Atualização monetária e juros	-	5.293	-	-	-	5.293
Reversões	-	-	(6.380)	-	-	(6.380)
<b>Saldo final</b>	<b>48.471</b>	<b>430.655</b>	<b>14.135</b>	<b>181.563</b>	<b>2.405</b>	<b>682.503</b>
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE a liquidar - PSL (*)	45.547	352.270	35.410	140.389	4.144	3.229
Constituições	101.319	-	-	27.342	-	1.142
Diferimento pelo risco decorrido	(94.191)	-	-	-	-	(94.191)
Aviso de sinistros	-	612.913	-	-	-	612.913
Pagamento de sinistros	-	(351.923)	-	-	-	(351.923)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(222.599)	-	-	-	(222.599)
Atualização monetária e juros	-	14.135	-	-	-	14.135
Reversões	-	-	(14.895)	-	-	(14.895)
<b>Saldo final</b>	<b>52.675</b>	<b>404.796</b>	<b>20.515</b>	<b>167.731</b>	<b>2.544</b>	<b>652.632</b>

	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não relacionados - PDR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	2017
<b>Provisões técnicas - resseguros</b>				
Saldo inicial	10.045	137	14	10.714
Constituições	-	39	-	39
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	(21.938)
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	17.986
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	(295)
Reversões	-	(40)	(52)	(92)
<b>Saldo final</b>	<b>5.798</b>	<b>97</b>	<b>2</b>	<b>6.454</b>

	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não relacionados - PDR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	2017
<b>Provisões técnicas - resseguros</b>				
Saldo inicial	9.144	1.536	35	13.604
Pagamento de sinistros	(10.847)	-	-	(10.847)
Ajuste de estimativa de sinistros	16.666	-	-	16.666
Atualização monetária e juros	(4.918)	-	-	(4.918)
Reversões	-	(1.399)	(21)	(1.419)
<b>Saldo final</b>	<b>10.045</b>	<b>137</b>	<b>14</b>	<b>10.714</b>

(\*) Inclui o montante de R\$ 191.823 referente à provisão de sinistro judicial (R\$ 180.900 em 31 de dezembro de 2016).

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros das atividades e de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido do cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT).

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	2.900.350	331.799	380.724	340.501	391.193	407.985
Um ano após o aviso	2.885.402	323.014	377.222	334.737	395.737	395.737
Dois anos após o aviso	2.906.010	327.016	378.088	346.043	-	346.043
Três anos após o aviso	2.925.280	328.478	388.967	-	-	388.967
Quatro anos após o aviso	2.943.111	333.353	-	-	-	333.353
Cinco anos ou mais após o aviso	2.974.610	-	-	-	-	2.974.610

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	2.376.142	251.168	247.670	240.056	286.837	288.944
Um ano após o aviso	2.727.321	292.545	298.264	282.559	336.574	-
Dois anos após o aviso	2.785.303	298.085	303.683	289.493	-	289.493
Três anos após o aviso	2.829.959	300.722	306.889	-	-	306.889
Quatro anos após o aviso	2.868.816	302.348	-	-	-	302.348
Cinco anos ou mais após o aviso	2.906.644	-	-	-	-	2.906.644
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	2.906.644	302.348	306.889	289.493	336.574	288.944

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	2.519.020	319.110	379.406	338.579	385.927	391.273
Um ano após o aviso	2.802.338	312.161	377.131	331.688	372.540	-
Dois anos após o aviso	2.836.425	318.395	376.892	333.793	-	333.793
Três anos após o aviso	2.865.094	318.089	375.819	-	-	375.819
Quatro anos após o aviso	2.905.154	316.723	-	-	-	316.723
Cinco anos ou mais após o aviso	2.929.527	-	-	-	-	2.929.527

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	2.313.751	243.258	247.670	240.056	286.837	288.956
Um ano após o aviso	2.651.571	284.579	298.264	279.672	322.554	-
Dois anos após o aviso	2.707.710	290.120	302.578	285.284	-	285.284
Três anos após o aviso	2.750.147	290.333	304.664	-	-	304.664
Quatro anos após o aviso	2.783.678	289.793	-	-	-	289.793
Cinco anos ou mais após o aviso	2.818.521	-	-	-	-	2.818.521
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	2.818.521	289.793	304.664	285.284	322.554	288.956

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	2.191.823	283.913	333.793	372.540	391.273	4.719.675
Um ano após o aviso	2.181.521	289.793	304.664	285.284	322.554	288.956
Dois anos após o aviso	111.006	26.930	71.155	48.509	49.986	102.417
Três anos após o aviso	-	-	-	-	-	410.003
Quatro anos após o aviso	-	-	-	-	-	108.779
Cinco anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	518.782

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	682.503	652.632	632.616	612.616	592.616	572.616
Um ano após o aviso	645.4	10.714	10.714	10.714	10.714	10.714
Dois anos após o aviso	103.421	100.860	100.860	100.860	100.860	100.860
Três anos após o aviso	572.628	541.058	541.058	541.058	541.058	541.058
Quatro anos após o aviso	603.041	327.145	327.145	327.145	327.145	327.145
Cinco anos ou mais após o aviso	85.587	320.653	320.653	320.653	320.653	320.653
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	191.823	191.823	191.823	191.823	191.823	191.823

19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas	682.503	652.632
Parcela correspondente a resseguros contratados	(6.454)	(10.714)
DPVAT	(103.421)	(100.860)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>572.628</b>	<b>541.058</b>
Quotas e fundos de investimentos	603.041	327.145
Títulos de renda fixa - públicos	85.587	320.653
Títulos de renda fixa - privados	29.108	17.768
Imóveis	-	3.709
<b>Bens oferecidos em cobertura</b>	<b>717.736</b>	<b>669.275</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>145.108</b>	<b>128.217</b>

20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Grupo de ramos	2017			2016		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (%)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (%)
Provável	5.046	191.823	191.823	4.834	180.566	180.566
<b>Total</b>	<b>5.046</b>	<b>191.823</b>	<b>191.823</b>	<b>4.834</b>	<b>180.566</b>	<b>180.566</b>

Ano de abertura	2017		2016	
	Quantidade	PSL judicial (%)	Quantidade	PSL judicial (%)
de 1993 a 2000	13	312	83	2.635
de 2001 a 2005	344	19.502	517	24.758
de 2006 a 2010	1.123	48.144	1.269	47.377
de 2011 a 2015	2.115	83.585	2.250	79.592
de 2016 a 2017	1.451	40.280	715	26.204
<b>Total</b>	<b>5.046</b>	<b>191.823</b>	<b>4.834</b>	<b>180.566</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

	Taxa anual	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2016
Equipamentos	20%	1.277	46	(781)	(59)	283
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.077	-	(7)	(158)	1.052
Veículos	20%	316	72	(53)	(94)	241
Outras imobilizações	10% a 20%	3.618	3	(35)	(1.448)	2.138
<b>Total</b>		<b>6.228</b>	<b>121</b>	<b>(876)</b>	<b>(1.759)</b>	<b>3.714</b>

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Saldo em 2016	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo em 2017
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	34.293	8.019	(9)	(6.984)	35.319

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Taxa anual	Saldo em 2015	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo em 2016
Desenvolvimento de sistemas	20%	21.774	19.909	(17)	(7.373)	34.293

	2017	2016
--	------	------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das transações com partes relacionadas

	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Bancos</b>	<b>38</b>	<b>155</b>
Banco do Brasil S.A.	38	155
<b>Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador</b>	<b>3.479</b>	<b>38.120</b>
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	—	31.780
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	2.757	6.340
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	722	—
<b>Provisões técnicas de ativos de resseguro</b>	<b>—</b>	<b>10.390</b>
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	—	10.390
<b>Títulos e créditos a receber - Compartilhamento</b>	<b>1.444</b>	<b>1.622</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	6	83
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	106	(267)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	1.332	389
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	—	1.417
<b>Títulos e créditos a receber - Outros</b>	<b>—</b>	<b>535</b>
MAPFRE Capitalização S.A.	—	535
<b>Total do ativo</b>	<b>4.961</b>	<b>50.822</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Obrigações a pagar - Compartilhamento</b>	<b>2.075</b>	<b>3.007</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	—	23
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	—	(7)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	—	1.487
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	2.075	1.504
<b>Obrigações a pagar - Outras</b>	<b>552</b>	<b>67</b>
MAPFRE Assistência Ltda.	—	67
MAPFRE Capitalização S.A.	552	—
<b>Prêmios de resseguro cedido</b>	<b>4.632</b>	<b>9.742</b>
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	—	661
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	2.945	9.081
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	1.687	—
<b>Total do passivo</b>	<b>7.259</b>	<b>12.816</b>

	2017	2016
<b>Resultado</b>		
<b>Prêmios diretos</b>		<b>38</b>
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	38
<b>Prêmios de resseguro cedido</b>	<b>(3.911)</b>	<b>(7.619)</b>
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	(3.829)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(1.982)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	(1.928)
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(7.328)</b>	<b>(4.442)</b>
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(7.598)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos	Coligada	270
<b>Recuperação de sinistros ocorridos</b>	<b>4.683</b>	<b>3.789</b>
IRB Brasil Resseguros S.A. (**)	Coligada	2.680
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.003
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	—
<b>Outras receitas e despesas operacionais - RVR Resseguro</b>	<b>(1.440)</b>	<b>—</b>
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	—
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	1.204
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	(236)
<b>Outras receitas e despesas operacionais - Outros</b>	<b>(28.099)</b>	<b>(2.387)</b>
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(10)
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(3)
Prevsauê Comercial de Produtos e Benefícios de Farmácia Ltda.	Coligada	(29)
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	(2.783)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(25.274)
<b>Despesas administrativas - Compartilhamento</b>	<b>29.184</b>	<b>(7.148)</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	(540)
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	(275)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	(19.378)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	49.377
<b>Despesas administrativas - Pessoal</b>	<b>(3.572)</b>	<b>(1.180)</b>
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	(27)
MAPFRE Saúde LTDA.	Coligada	(3.312)
MAPFRE Previdência S.A.	Coligada	(232)
<b>Despesas financeiras - Taxa de administração</b>	<b>(2.667)</b>	<b>(3.53)</b>
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Coligada	(2.667)
<b>Total do resultado</b>	<b>(13.150)</b>	<b>(19.303)</b>

(\*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO. (\*\*) As ações do IRB Brasil Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada.

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 1.377 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2016). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas com materiais de rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

**27. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Seguradora. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais da empresa líder. **b) Assuntos regulamentares:** Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Seguradora foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Seguradora absteve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os ativos sujeitos a redução ao valor recuperável.

**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:  
i. carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB E MAPFRE"): • canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, modificados e DPVAT; e • canal *affinity*: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB E MAPFRE por meio do canal *affinity*, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal *affinity* em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese essa que dispensará a aprovação prévia;  
ii. carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE: • canal corretor e *affinity*: vida, prestamista, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e • canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Vida S.A.**, São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou ser causados necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se gerada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do

julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Vida S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

**Anexo I**  
**MAPFRE VIDA S.A.**  
(Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>682.503</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas(*)</b>	<b>579.082</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>6.454</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)</b>	
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>	579.082
<b>Valores redutores auditados (b)</b>	6.454
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>572.628</b>
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	
<b>Capital Base (a)</b>	15.000
<b>Capital de Risco (CR) (b)</b>	156.137
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>156.137</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	
<b>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)</b>	257.093
<b>Exigência de Capital (CMR) (b)</b>	156.137
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>100.956</b>
<b>Ativos Garantidores (d)</b>	717.736
<b>Total a ser Coberto (e)</b>	572.628
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>145.108</b>
<b>Ativos Líquidos (g)</b>	145.108
<b>Capital de Risco (CR) (h)</b>	156.137
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)</b>	<b>93%</b>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	
0929	25
0969,0984,1391	1.413
0977, 0982	1.993
0980	2.392
0993	1.500
0990	2.791
1381	1.595

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Vida S.A.**, São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas nas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães

Contadora CRC RJ-079849/O-3

**DIRETORIA**

<b>Luis Gutiérrez Mateo</b> Diretor Presidente <b>Fernando Barbosa</b> Diretor Vice-Presidente	<b>André Renato Viard Fortino</b> Camilo Buzzi Carlos Alberto Landim	<b>Enrique De La Torre Velasco</b> Leonardo Giuberti Mattedi Luis Felipe Libert Cozzi	<b>Maurício Galian</b> Raphael de Luca Júnior Wady José Mourão Curry
---	--	---	--

**CONTADORA**

<b>Simone Pieretti Gonçalves</b> - CRC 15P 183717/O-5	<b>ATUÁRIA</b>	<b>Adriana Nery Osassa Okada</b> - MIBA 1031
---	----------------	--

**BB MAPFRE Assistência S.A.**

CNPJ 12.749.559/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras Individuais da BB MAPFRE Assistência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas na forma da legislação societária. BB MAPFRE Assistência S.A. é uma Companhia controlada diretamente pela MAPFRE Seguros Gerais S.A.,

Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. Em 2017, Companhia apresentou lucro de R\$ 1,2 milhões. Agradecemos aos nossos parceiros, clientes e segurados pela confiança

depositada e aos nossos colaboradores, pelo seu comprometimento e trabalho.  
São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

	2017	2016	2017	2016
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>12.955</b>	<b>12.955</b>	<b>7.167</b>	<b>8.106</b>
<b>Disponível</b>	<b>42</b>	<b>2.401</b>	<b>7.167</b>	<b>8.106</b>
Caixa e equivalentes de caixa	42	2.401	370	362
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>12.913</b>	<b>10.554</b>	<b>345</b>	<b>381</b>
Créditos tributários	41	46	123	162
Outros créditos a receber	12.872	10.508	6.329	7.201
<b>Ativo não circulante</b>	<b>45</b>	<b>52</b>	<b>5.833</b>	<b>4.901</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>45</b>	<b>52</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>
Depósitos judiciais	45	52	3.833	2.901
<b>Total do ativo</b>	<b>13.000</b>	<b>13.007</b>	<b>13.000</b>	<b>13.007</b>
			<b>Passivo</b>	
			<b>Circulante</b>	
			<b>Contas a pagar</b>	
			Obrigações a pagar	370
			Impostos e encargos a recolher	345
			Impostos e contribuições	123
			Outras contas a pagar	6.329
			<b>Patrimônio líquido&lt;/</b>	



relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em nota técnica atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativas de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de custo segurado, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativamente a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data do sinistro. **m) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **n) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPCJ 11 - Sinistros de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETJJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE, para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 59,8% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **o) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ativo como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

**p) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **r) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (Imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A análise adotada pela Seguradora é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como o critério de avaliação pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parca qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído com órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco, é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuindo importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%	Danos	%	Demais	%	Total	%		
Centro Oeste	180.636	3%	46.357	1%	143.597	2%	370.590	6%	180.636	4%	23.754	1%	116.403	2%	320.793	7%
Nordeste	256.214	4%	37.626	1%	141.989	2%	435.829	7%	256.214	5%	26.623	1%	134.457	3%	416.934	9%
Norte	50.325	1%	8.960	0%	30.819	1%	90.104	2%	50.325	1%	6.722	0%	28.939	1%	85.986	2%
Sudeste	1.523.324	25%	1.034.668	17%	1.434.859	24%	3.992.851	66%	1.523.324	31%	367.117	8%	1.018.399	22%	2.908.840	61%
Sul	558.185	9%	192.824	3%	357.827	7%	1.108.836	19%	558.185	12%	142.646	3%	280.845	6%	981.676	21%
<b>Total</b>	<b>2.568.684</b>	<b>42%</b>	<b>1.320.435</b>	<b>22%</b>	<b>2.109.901</b>	<b>36%</b>	<b>5.998.210</b>	<b>100%</b>	<b>2.568.684</b>	<b>53%</b>	<b>566.502</b>	<b>13%</b>	<b>1.579.043</b>	<b>34%</b>	<b>4.714.229</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%	Danos	%	Demais	%	Total	%		
Centro Oeste	197.204	3%	45.431	1%	142.905	2%	385.540	6%	197.204	4%	19.993	0%	121.600	3%	338.797	7%
Nordeste	232.938	4%	34.879	1%	116.517	2%	384.334	7%	232.938	5%	23.399	1%	109.562	2%	365.899	8%
Norte	43.595	1%	6.586	0%	30.266	1%	80.447	2%	43.595	1%	4.387	0%	28.107	1%	76.089	2%
Sudeste	1.491.680	24%	891.412	15%	1.543.683	26%	3.926.775	65%	1.491.680	32%	335.655	7%	1.009.438	22%	2.836.683	61%
Sul	596.969	10%	229.604	4%	358.789	6%	1.185.362	20%	596.969	13%	156.928	3%	288.126	6%	1.042.023	22%
<b>Total</b>	<b>2.562.386</b>	<b>42%</b>	<b>1.207.912</b>	<b>21%</b>	<b>2.192.160</b>	<b>37%</b>	<b>5.962.458</b>	<b>100%</b>	<b>2.562.386</b>	<b>55%</b>	<b>540.272</b>	<b>11%</b>	<b>1.556.833</b>	<b>34%</b>	<b>4.659.491</b>	<b>100%</b>

(\*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ (20.568) e R\$ 137.667 (R\$ 32.124 e R\$ 192.794 em 31 de dezembro de 2016). (\*\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016).

**Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus detentores. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (a1): simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	2017	
		Sensibilidade	Impacto no resultado/PL
<b>a. Provisões técnicas</b>			(13.360)
a1. IBNR	Aumento	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(13.360)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(13.360)
		Elevação de 5% na sinistralidade	(140.937)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do segurador;** **Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito, refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE Companhia de Resseguro, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

#### Prêmio cedido aos resseguradores

Rating	2017			2016				
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A+	7.152	202.918	1.006	<b>211.076</b>	9.233	253.361	7.760	<b>270.354</b>
A	42.914	61.789	2.617	<b>107.320</b>	40.937	75.439	8.520	<b>124.896</b>
A-	901.917	120	9.242	<b>911.279</b>	827.951	213	4.867	<b>833.031</b>
AA+	-	-	156	<b>156</b>	-	30	1.145	<b>1.175</b>
AA	4.625	3.148	-	<b>7.773</b>	8.129	9.871	2.515	<b>20.515</b>
AA-	7.519	8.879	5.375	<b>21.773</b>	9.160	18.078	9.392	<b>36.630</b>
AAA	-	-	-	<b>-</b>	8.920	30	-	<b>8.950</b>
Br/A+	6.976	-	-	<b>6.976</b>	4.737	-	-	<b>4.737</b>
Br/A	346	-	-	<b>346</b>	492	-	-	<b>492</b>
Br/AA-	4.435	-	-	<b>4.435</b>	2.187	-	-	<b>2.187</b>
Br/AAA	12.847	-	-	<b>12.847</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>988.731</b>	<b>276.854</b>	<b>18.396</b>	<b>1.283.981</b>	<b>911.746</b>	<b>357.022</b>	<b>34.199</b>	<b>1.302.967</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro refere-se às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de abaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo apresenta-se o quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2017:

Ativos financeiros - rating	2017				2016					
	AAA	AA-	AA	Sem rating	Total	AAA	AA-	AA	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	2.746.457	-	-	<b>2.746.457</b>	-	2.620.057	-	-	<b>2.620.057</b>
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	64.308	19.966	-	<b>84.274</b>	-	26.303	10.532	-	<b>36.835</b>
Letras financeiras	801	10.561	5.276	-	<b>16.638</b>	4.734	4.733	-	-	<b>9.467</b>
Debêntures	15.204	16.749	-	-	<b>31.953</b>	-	15.119	30.406	3.014	<b>48.539</b>
Outras aplicações	-	-	-	208	<b>208</b>	-	-	-	726	<b>726</b>
<b>Total</b>	<b>16.005</b>	<b>2.838.075</b>	<b>25.242</b>	<b>208</b>	<b>2.879.530</b>	<b>4.734</b>	<b>15.119</b>	<b>2.681.499</b>	<b>3.014</b>	<b>5.032</b>

(\*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 191.039 (R\$ 116.776 em 31 de dezembro de 2016) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Rating* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos oriundos dos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes decasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das fluxos técnicos. Outros aspectos importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos prazos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	Até 1 ano				De 1 a 5 anos				Acima de 5 anos				Total
	2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014	
Disponível	13.597	-	-	-									

**b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (preços de mercado e de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem contratação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das contas e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

**d) Taxa de juros contratada**

	2017		2016	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	14,99%	13,77%	18,40%	10,99%
NTN-B	7,62%	3,50%	7,62%	3,50%
NTN-C	4,84%	4,84%	4,84%	4,84%
NTN-F	12,91%	9,44%	18,50%	9,44%
LTN	-	-	11,10%	10,99%
TDA	13,02%	8,62%	13,26%	8,62%
CDB	5,41% a.a. IPCA + 100% do CDI	100% do CDI	5,00% a.a. IPCA + 100% do CDI	100% do CDI
Debênture	IPCA + 5,16% a.a. IPCA + 5,41% a.a.	IPCA + 5,99% a.a. IPCA + 5,47% a.a.	-	-
Debênture	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Debênture	CDI + 1,4% a.a.	CDI + 1,4% a.a.	-	-
Letra financeira	111,60% do CDI	105,00% do CDI	111,60% do CDI	109,00% do CDI

**e) Movimentação das aplicações**

	2017		2016	
	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	1.263.944	3.695.174	(3.258.617)	1.700.501
Disponíveis para venda	534.429	936.949	(1.138.502)	379.552
Mantidos até o vencimento	116.525	-	(348.419)	627.264
Outras aplicações	726	-	(518)	208
<b>Total</b>	<b>2.715.624</b>	<b>4.632.123</b>	<b>(1.393)</b>	<b>279.232</b>
	Saldo em 2015	Aplicações	Resgates	Saldo em 2016
Valor justo por meio do resultado	717.276	3.252.491	(2.862.368)	1.263.944
Disponíveis para venda	859.878	886.658	(1.328.353)	617.994
Mantidos até o vencimento	979.422	10.000	(180.190)	914.232
Outras aplicações	726	-	-	726
<b>Total</b>	<b>2.557.302</b>	<b>4.149.149</b>	<b>(4.370.911)</b>	<b>2.655</b>

**7. PRÊMIOS A RECEBER**

**a) Prêmios por segmento**

	2017		2016	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)
<b>Ramos agrupados a receber</b>	<b>703.154</b>	<b>(31.869)</b>	<b>677.285</b>	<b>(784.495)</b>
Automóvel	489.931	(8.323)	481.608	(478.602)
Pessoas coletivas	139.191	(16.702)	122.489	(167.128)
Aeronáuticos	117.897	(12.008)	105.889	(111.996)
Rural	114.126	(3.938)	110.188	(115.528)
Riscos Especiais	77.798	-	77.798	-
Riscos financeiros	74.318	(4.747)	69.571	(853)
Marítimos	62.125	(8.342)	53.783	(42.585)
Microseguros	35.246	(1.272)	35.119	(34.702)
Responsabilidades	34.271	(2.481)	31.940	(36.526)
Habitacional	295	(5)	290	(784)
Demais ramos	107.247	(56.358)	50.889	(92.697)
<b>Total</b>	<b>1.961.749</b>	<b>(144.900)</b>	<b>1.816.849</b>	<b>2.007.179</b>

(\*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

**b) Movimentação de prêmios a receber**

	2017	2016
Saldo inicial	1.934.972	2.321.278
(+) Prêmios emitidos	6.826.176	6.415.087
(+) IOF	518	24.668
(+) Adicional de fracionamento	6.822	2.988
(-) Prêmios cancelados	(688.514)	(688.514)
(-) Recebimentos	(6.190.432)	(6.244.580)
(-/-) Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	(72.693)	(46.315)
<b>Saldo final</b>	<b>1.816.849</b>	<b>1.934.972</b>
	2017	2016
<b>c) Composição por prazo de vencimento</b>		
A vencer até 30 dias	923.986	979.458
A vencer de 31 a 60 dias	252.711	238.030
A vencer de 61 a 120 dias	261.729	254.692
A vencer de 121 a 180 dias	86.822	78.724
A vencer de 181 a 365 dias	133.345	25.843
A vencer acima de 365 dias	43.225	38.125
<b>Total a vencer</b>	<b>1.701.818</b>	<b>1.614.872</b>
Vencidos até 30 dias	62.682	141.786
Vencidos de 31 a 60 dias	14.629	83.896
Vencidos de 61 a 120 dias	19.021	36.340
Vencidos de 121 a 180 dias	7.960	8.921
Vencidos de 181 a 365 dias	4.975	22.042
Vencidos acima de 365 dias	5.764	27.115
<b>Total vencidos</b>	<b>115.031</b>	<b>320.100</b>
<b>Total</b>	<b>1.816.849</b>	<b>1.934.972</b>

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 180 dias.

**8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO**

**a) Ativo**

	2017	2016
Recuperação de sinistros	397.941	278.650
Redução ao valor recuperável - RVR	(130.963)	(89.939)
<b>Total</b>	<b>266.978</b>	<b>188.711</b>
	2017	2016
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	1.186.775	854.544
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	97.215	93.918
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	546.998	533.934
Risco vigente não emitido - RVNE	147.512	145.230
Provisão de despesas relacionadas - PDR	17.190	13.191
<b>Total</b>	<b>1.995.900</b>	<b>1.640.817</b>

**b) Passivo**

	2017	2016
Comissões cedidas	532.819	399.217
Permissões a recuperar	(32.752)	(8.534)
<b>Total</b>	<b>500.125</b>	<b>390.685</b>

**c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos**

	2017			2016		
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro líquido (*)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro líquido (*)	Retenção
Automóvel	2.568.684	100,00%	100,00%	2.562.386	100,00%	100,00%
Patrimonial	1.320.435	753,93%	42,90%	1.207.914	667,64%	44,73%
Pessoas	765.641	2.004	99,74%	752.903	2.072	99,72%
Rural	407.452	123.107	69,79%	374.844	103.753	72,32%
Marítimos/ Aeronáuticos	256.870	213.859	16,74%	283.800	233.608	17,88%
Transportes	225.944	23.453	89,62%	254.212	16.843	93,37%
Demais	453.184	163.623	68,01%	526.459	270.990	46,89%
<b>Total</b>	<b>5.998.210</b>	<b>1.823.981</b>	<b>73,59%</b>	<b>5.962.388</b>	<b>1.302.967</b>	<b>78,15%</b>

(\*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (20.568) e R\$ 137.667 respectivamente (R\$ 32.124 e R\$ 192.794 em 31 de dezembro de 2016; (\*\*\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 2.667 (R\$ 21.070 em 31 de dezembro de 2016).

**9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**

Outros créditos operacionais é composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar de R\$ 53.473 (R\$ 77.331 em 31 de dezembro de 2016) e outros créditos de agentes e seguradoras de R\$ 10.368 (R\$ 52.261 em 31 de dezembro de 2016).

**10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

**a) Títulos e créditos a receber**

	2017	2016
Crédito com ressarcimentos (*)	99.147	81.383
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 30)	22.273	40.866
Títulos a receber capitalização (nota explicativa nº 30)	21.321	10.134
Notas promissórias	13.751	20.110
Redução ao valor recuperável	(40.626)	(5.058)
Outros créditos a receber	5.725	5.655
<b>Total</b>	<b>121.591</b>	<b>153.900</b>

(\*) Refere-se, substancialmente, a créditos com ressarcimentos com operações de consórcio no montante de R\$ 62.271 (R\$ 62.169 em 31 de dezembro de 2016).

**b) Outros créditos**

	2017	2016
Quotientos judiciais	12.237	13.195
BB MAPFRE Assistência S.A. (nota explicativa nº 30)	36.667	16.063
Adiantamentos a funcionários	12.303	15.936
Outros adiantamentos	971	2.175
<b>Total</b>	<b>62.178</b>	<b>47.369</b>

**11. OUTROS VALORES E BENS**

**a) Aging de salvados**

	2017	2016
De 1 a 30 dias	31.038	29.991
De 31 a 60 dias	18.077	23.586
De 61 a 120 dias	18.819	50.533
De 121 a 180 dias	12.866	22.847
De 181 a 365 dias	20.823	45.415
De superior a 365 dias	98.313	50.504
<b>Total</b>	<b>199.936</b>	<b>222.876</b>

**b) Composição por ramo**

	2017	2016
Automóvel	144.753	182.278
Patrimonial	21.758	33.819
Transportes	7.907	8.198
Demais ramos	25.518	26.695
<b>Total</b>	<b>199.936</b>	<b>222.876</b>

**12. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Compreende participações em controlada e investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no montante de R\$ 1.141 (R\$ 1.014 em 31 de dezembro de 2016).

**BB MAPFRE Assistência S.A.**

	2017	2016
Dados da investida		
Capital social	2.000	2.000
<b>Quantidade de ações possuídas</b>		
PN	1.000	1.000
ON	1.000	1.000
Total de ativos	13.000	13.000
Total de passivos líquido de provisões judiciais	11.778	11.726
Patrimônio líquido	5.833	4.901
Total de receitas	203.134	218.354
Lucro líquido do exercício	1.222	1.850
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.901</b>	<b>3.924</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(294)	(294)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	1.222	(294)
<b>Saldo final</b>	<b>5.833</b>	<b>4.901</b>

(\*) Despesas com outros investimentos de R\$ 73 (R\$ 59) em 31 de dezembro de 2016).

**13. IMOBILIZADO**

	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2017
Imóveis de uso próprio	4%	38.996	5 (2.555)	(1.889)	34.557	
Equipamentos	10% a 20%	16.155	796 (10)	(7.261)	9.680	
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.730	270 (7)	(1.055)	2.938	
Veículos	20%	1.744	316 (227)	(528)	1.305	
Outras imobilizações	10% a 20%	4.830	16.080 (143)	(1.053)	19.714	
<b>Total</b>		<b>65.455</b>	<b>17.467</b>	<b>(2.942)</b>	<b>(11.786)</b>	<b>68.194</b>
	Taxa anual	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2016
Imóveis de uso próprio	4%	34.684	6.311 -	(1.999)	38.996	
Equipamentos	10% a 20%	24.409	5.514 (350)	(13.418)	16.155	
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.788	257 (4.018)	(1.297)	3.730	
Veículos	20%	1.182	1.456 (456)	(438)	1.744	
Outras imobilizações	10% a 20%	33.348	2.639 (27.950)	(3.207)	4.830	
<b>Total</b>		<b>102.411</b>	<b>16.177</b>	<b>(32.774)</b>	<b>(20.359)</b>	<b>65.455</b>

**14. INTANGÍVEL**

	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Amortização em 2017	Saldo em 2017
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	200.448	46.580 (13.880)	(54.360)	178.518
Outros intangíveis (canal affinity)	-	156.243	-	(7.306)	148.937
<b>Total</b>		<b>356.691</b>	<b>46.580 (13.880)</b>	<b>(61.936)</b>	<b>327.455</b>
	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Amortização em 2016	Saldo em 2016
Desenvolvimento de sistemas	20%	183.009	63.023 (103)	(45.481)	200.448
Outros intangíveis (canal affinity)	-	167.728	-	(11.485)	156.243
<b>Total</b>		<b>350.737</b>	<b>63.023 (103)</b>	<b>(56.965)</b>	<b>356.691</b>

**15. OBRIGAÇÕES A PAGAR**

	2017	2016
Fornecedores	140.943	126.950
Participação nos lucros a pagar	26.313	33.515
Cheques a compensar	141	14.573
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 30)	-	10.896
Operações intragrupo (nota explicativa nº 30)	-	26.668
Honorários e remunerações	9.639	-
Outras obrigações	729	780
<b>Total</b>	<b>177.765</b>	<b>213.382</b>

**16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

	2017	2016
IOF sobre prêmios emitidos	97.205	93.930
Imposto de renda retido na fonte	4	

## 28. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ramos de atuação						
Automóvel	2.577.156	2.780.413	71,40%	69,96%	22,16%	20,71%
Patrimonial	1.189.395	1.305.791	52,74%	34,93%	18,64%	18,21%
Pessoas coletivo	629.378	630.639	25,54%	21,19%	39,34%	38,14%
Rural	387.772	349.685	53,13%	65,81%	18,88%	21,11%
Riscos financeiros	263.599	192.794	133,40%	85,89%	24,71%	1,40%
Riscos especiais	225.922	260.399	0,04%	-5,51%	0,47%	0,46%
Aeronáuticos	151.907	192.533	87,22%	70,67%	4,11%	3,55%
DPVAT	137.193	201.856	84,23%	95,18%	1,18%	15,84%
Marítimos	76.412	93.781	73,23%	103,94%	5,16%	5,73%
Responsabilidades	73.935	76.714	42,76%	3,93%	13,09%	12,13%
Demais	379.747	356.431	51,84%	50,83%	30,88%	27,65%
<b>Total</b>	<b>6.092.416</b>	<b>6.441.036</b>	<b>61,01%</b>	<b>54,74%</b>	<b>21,64%</b>	<b>19,93%</b>

b) Prêmios emitidos	2017		2016	
	Prêmios diretos	5.837.126	5.858.519	157.193
Prêmios de seguros aceitos	(15.380)	(68.591)	(249.407)	(257.255)
Prêmios de seguros cedidos	(116.402)	(84.530)	137.667	192.794
Recuperação de custos iniciais de contratação	99.725	105.179	(3.717.274)	(3.525.924)
<b>Total</b>	<b>6.115.309</b>	<b>6.187.376</b>	<b>6.115.309</b>	<b>6.187.376</b>

c) Sinistros ocorridos	2017		2016	
	Sinistros	(3.647.518)	(3.427.433)	(15.380)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(249.407)	(257.255)	(7.988)	(35.746)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(168.446)	(171.568)	222.086	229.475
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	149.379	125.194	(1.229.047)	(1.142.649)
<b>Total</b>	<b>(1.318.769)</b>	<b>(1.283.762)</b>	<b>(1.229.047)</b>	<b>(1.142.649)</b>

d) Custo de aquisição	2017		2016	
	Comissões	(24.473)	4.281	(24.473)
Recuperação de comissões	(92.128)	(82.459)	22.138	(82.459)
Despesas com inspeção de riscos	(29.646)	(17.524)	(28.007)	(26.442)
Despesas com apólices e/ou contratos	(16.002)	4.295	(16.002)	4.295
Variação das despesas de comercialização diferidas	(16.605)	(14.485)	-	(325)
<b>Total</b>	<b>(138.724)</b>	<b>(128.376)</b>	<b>(138.724)</b>	<b>(128.376)</b>

e) Outras receitas e despesas operacionais	2017		2016	
	Apólices e contratos	(29.646)	(17.524)	(28.007)
Despesas com cobrança	(16.002)	4.295	(16.002)	4.295
Contingências cíveis	(16.605)	(14.485)	-	(325)
Endomarketing	(37.779)	(52.752)	(41.396)	(44.936)
Encargos sociais	(85.767)	(58.835)	25.274	-
Serviços de terceiros	(83.131)	(43.281)	(83.131)	(43.281)
Rastreadores	(100.028)	96.748	14.475	31.088
Redução ao valor recuperável	(6.929)	(202)	(6.929)	(202)
Operações intragrupo	(10.477)	(88.304)	(10.477)	(88.304)
Outras despesas	(622.558)	(611.138)	(318.042)	(309.845)
<b>Total</b>	<b>(313.059)</b>	<b>(253.745)</b>	<b>(313.059)</b>	<b>(253.745)</b>

f) Resultado com operações de resseguro	2017		2016	
	Recuperação de indenização	(1.367.625)	(1.412.530)	(1.287.488)
Despesas com resseguro	(177.234)	(103.217)	100.028	96.748
Prêmios de resseguro - direito	14.475	31.088	14.475	31.088
Prêmios de resseguro - consórcio aceito	(6.929)	(202)	(6.929)	(202)
Variação das provisões de resseguro	(10.477)	(88.304)	(10,477)	(88,304)
<b>Total</b>	<b>(622.558)</b>	<b>(611.138)</b>	<b>(622.558)</b>	<b>(611.138)</b>

g) Despesas administrativas	2017		2016	
	Pessoal administrativo	(318.042)	(309.845)	(318.042)
Serviços de terceiros	(131.068)	(123.737)	(168.028)	(174.875)
Localização e funcionamento	(12.865)	(12.176)	(12,865)	(12,176)
Publicidade e propaganda	7.345	9.495	7.345	9.495
Outras despesas administrativas	(101.913)	(36.393)	(94.321)	(76.973)
COFINS	16.416	54.786	16,416	54,786
COFINS - Crédito tributário	(15.589)	(12.902)	2.668	8.903
PIS	(3.836)	(3.904)	(3,836)	(3,904)
PIS - Crédito tributário	(6.303)	(6.303)	(6,303)	(6,303)
Outras despesas com tributos	238.659	399.532	238.659	399.532
<b>Total</b>	<b>374.483</b>	<b>352.645</b>	<b>374.483</b>	<b>352.645</b>

h) Despesas com tributos	2017		2016	
	Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	172.005	156.547	172.005
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	49.069	89.694	49,069	89,694
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	59.158	107.293	737	2.277
Rendimento equivalente de caixa	30.899	56.397	29.242	188.682
Juros de prêmios	4.069	5.828	10.077	13.879
Oscilação cambial	20.227	12.052	(38.669)	(41.138)
Recargas com créditos tributários	(44.193)	(178.853)	(3.981)	19.469
Atualização de depósitos judiciais	(10.038)	(16.034)	(38.933)	(16.559)
Outras receitas financeiras	(135.814)	(233.115)	(135.814)	(233.115)
<b>Total</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(233.115)</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(233.115)</b>

i) Resultado financeiro	2017		2016	
	Despesas financeiras	(135.814)	(233.115)	(135.814)
Despesas financeiras	(135.814)	(233.115)	(135.814)	(233.115)
<b>Total</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(233.115)</b>	<b>(135.814)</b>	<b>(233.115)</b>

**j) Determinação se um contrato contém um arrendamento:** O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MF/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MF/FGV, • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; e • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os aspectos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos durante o exercício dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas no exercício de 2017, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	
<b>Arrendamento</b>									
Sede GRUPO	19.181	19.181	61.464	84.568	88.686	295.333	169.331	399.082	25.786
Call Center - Franca	1.480	1.687	5.622	7.429	6.952	11.301	14.054	20.417	809
Call Center - São Carlos	1.432	1.755	3.904	5.720	-	-	5.336	7.475	1.912
<b>Total</b>	<b>22.093</b>	<b>22.623</b>	<b>70.990</b>	<b>97.717</b>	<b>95.638</b>	<b>306.634</b>	<b>188.721</b>	<b>426.974</b>	<b>28.507</b>
<b>GRUPO SEGURADOR</b>									
<b>Arrendamento</b>									
Sede GRUPO	46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215
Call Center - Franca	3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.279	49.799	3.412
Call Center - São Carlos	3.492	4.279	9.523	13.952	-	-	13.015	18.231	4.218
<b>Total</b>	<b>53.884</b>	<b>55.176</b>	<b>173.149</b>	<b>238.335</b>	<b>233.262</b>	<b>747.888</b>	<b>460.295</b>	<b>1.041.399</b>	<b>62.845</b>

## 29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Total</b>	<b>(128.131)</b>	<b>(128.131)</b>	<b>117.213</b>	<b>117.213</b>

Lucro contábil antes dos impostos e após participações	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda à alíquota de 25% e	32.057	25.626	(29.303)	(23.443)
Contribuição social à alíquota de 20%	(29.861)	(23.888)	(4.386)	(3.509)
Diferenças temporárias	(16.098)	(12.769)	(1.308)	(204)
Diferenças permanentes	11.102	-	8.266	-
Sinistros rurais	847	3.309	46.175	36,940
Prejuízo fiscal e base negativa	812	-	-	-
Deduções incentivadas	812	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(1.141)</b>	<b>(7.722)</b>	<b>19.444</b>	<b>9.784</b>
Constituição/Reversão de crédito tributário	29.013	20.579	4.8	3.509
Ajustes relativos a exercícios anteriores	15.893	12.715	3	5.09
Ajuste de crédito tributário aumento da CSLL de 15% para 20%	-	(33.194)	-	773
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>43.765</b>	<b>(7.622)</b>	<b>23.838</b>	<b>14.071</b>
Alíquota efetiva (%)	34%	-6%	-20%	-12%

## b) Créditos tributários e previdenciários

Ativos	2016		2017	
	Contribuições	Reversões	Contribuições	Reversões
Tributos a compensar	54.643	39.907	(9.386)	85.164
PIS/COFINS	43.572	10.807	(10.329)	44.050
Tributos retidos na fonte	8.262	2.873	(5.255)	5.880
<b>Total circulante</b>	<b>106.477</b>	<b>53.587</b>	<b>(24.970)</b>	<b>135.094</b>
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	38.870	-	(579)	38.291
Contingências cíveis	1.083	5.563	(975)	5.671
Provisão para riscos de crédito	102.066	879.788	(841.071)	140.783
Provisão para participação nos lucros	15.082	208.295	(211.545)	11.832
Contingências trabalhistas	2.579	2.392	(373)	4.598
Outras provisões	360.460	(95.215)	(209.152)	21.553
Prejuízo fiscal e base negativa	368.573	53.713	(61.826)	360.460
PIS/COFINS	20.117	10.342	(6.054)	24.405
<b>Total não circulante</b>	<b>558.299</b>	<b>1.380.899</b>	<b>(1.331.575)</b>	<b>607.593</b>
<b>Passivo</b>	<b>2016</b>	<b>Contribuições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2017</b>
Desajuste	383	-	-	383
Reserva de reavaliação	1	-	(1)	-
Ajustes de títulos a valor justo TVM	9.074	9.074	(9.071)	1.350
<b>Total passivo</b>	<b>2.361</b>	<b>9.074</b>	<b>(9.702)</b>	<b>1.733</b>

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

Compensação de crédito tributário (*)	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Resultado	Compensação (30% do lucro)	Alíquota de IRPJ e CSLL	Resultado	Compensação (30% do lucro)	Alíquota de IRPJ e CSLL	Resultado	Compensação (30% do lucro)	Alíquota de IRPJ e CSLL	Resultado	Compensação (30% do lucro)	Alíquota de IRPJ e CSLL	Resultado	Compensação (30% do lucro)
Resultado	260.847	493.299	627.955	695.065	778.764	134.907	260.847	493.299	627.955	695.065	778.764	134.907	260.847	493.299
Compensação (30% do lucro)	(78.254)	(147.990)	(188.387)	(208.520)	(233.629)	(40.472)	(78.254)	(147.990)	(188.387)	(208.520)	(233.629)	(40.472)	(78.254)	(147.990)
Alíquota de IRPJ e CSLL	45%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%

Compensação do crédito tributário	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ	227.246	(19.564)	(36.998)	(47.097)	(52.130)	(58.407)	(13.050)	133.214	(15.651)	(22.198)				

# Aliança do Brasil Seguros S.A.

CNPJ 01.378.407/0001-10



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 30. **Prêmios emitidos:** No exercício de 2017, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 604,4 milhões, retração de 6,4% em relação ao ano anterior, em função da adoção de nova política de subscrição, com o objetivo de melhoria da rentabilidade de suas carteiras e, registrou decréscimo de 32,1% na carteira do DPVAT, devido à redução na tarifa realizada pela Seguradora Líder. **Despesas administrativas** No exercício de 2017 o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 11,5%, com redução de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>577.348</b>	<b>747.755</b>
<b>Disponível</b>	<b>5</b>	<b>224</b>	<b>4.537</b>
Caixa e bancos		224	4.537
<b>Equivalente de caixa</b>	<b>6</b>	<b>190</b>	<b>2.915</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>218.723</b>	<b>202.532</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>174.254</b>	<b>334.976</b>
Prêmios a receber	<b>8</b>	147.652	174.155
Operações com seguradoras		3.682	18.191
Operações com resseguradoras	<b>9a</b>	22.920	142.630
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>9.532</b>	<b>4.468</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>9a</b>	<b>74.459</b>	<b>110.829</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>34.122</b>	<b>20.159</b>
Títulos e créditos a receber	<b>10</b>	3.272	4.517
Créditos tributários e previdenciários	<b>26b</b>	29.806	14.669
Outros créditos		1.044	973
<b>Outros valores e bens</b>		<b>616</b>	<b>779</b>
Bens imóveis		616	779
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>488</b>	<b>397</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>19</b>	<b>64.740</b>	<b>66.163</b>
Seguros		64.740	66.163
<b>Ativo não circulante</b>		<b>338.974</b>	<b>334.495</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>291.698</b>	<b>286.905</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>205.740</b>	<b>220.452</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>9a</b>	<b>27.311</b>	<b>22.932</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>56.137</b>	<b>41.663</b>
Créditos tributários e previdenciários	<b>26b</b>	32.590	19.959
Provisões judiciais e fiscais	<b>23a</b>	23.547	21.704
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>19</b>	<b>2.510</b>	<b>1.858</b>
Seguros		2.510	1.858
<b>Investimento</b>		<b>298</b>	<b>447</b>
Participações societárias		298	447
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>238</b>	<b>1.467</b>
Bens móveis		238	1.467
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>46.740</b>	<b>45.676</b>
Outros intangíveis		46.740	45.676
<b>Total do ativo</b>		<b>916.322</b>	<b>1.082.250</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Seguradora, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de desempenho financeiro.

### Desempenho financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 34,2 milhões com redução de 37,2% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 1,8 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", Títulos e Valores Mobiliários (TVM) no valor de R\$ 106,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmo.

### Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2017 foi de 107,9%, aumento de 2,0 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 102,2%, aumento de 20,9 p.p. em relação ao ano anterior.

### Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 2,5 milhões em 2017 contra lucro líquido de R\$ 91,5 milhões em 2016. O prejuízo por ação foi de R\$ (137,47) em 2017 e lucro líquido por ação de R\$ 4.983,28 em 2016.

### Investimentos e novos negócios

A Seguradora fez investimentos no montante de R\$ 9,0 milhões no exercício de 2017, destinados a sistemas de informática.

### Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 40,2 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 27,3 milhões e R\$ 12,9 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de agosto e 1º de setembro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 106,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, respectivamente)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos	<b>25b</b>	604.427	646.026
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		6.148	92.821
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	<b>25a</b>	<b>610.575</b>	<b>738.847</b>
(+) Receita com emissão de apólice		2.971	2.923
(-) Sinistros ocorridos	<b>25c</b>	(243.400)	(220.761)
(-) Custos de aquisição	<b>25d</b>	(190.755)	(228.771)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	<b>25e</b>	(25.853)	(21.402)
(+/-) Resultado com resseguro	<b>25f</b>	(110.874)	(73.982)
(+) Receita com resseguro		9.690	22.633
(-) Despesas com resseguro		(120.564)	(96.615)
(-) Despesas administrativas	<b>25g</b>	(70.053)	(86.713)
(-) Despesas com tributos	<b>25h</b>	(18.905)	(14.114)
(+) Resultado financeiro	<b>25i</b>	34.183	54.452
(+) Receitas financeiras		49.420	64.542
(-) Despesas financeiras		(15.237)	(10.090)
(+) Resultado patrimonial		6	1
<b>(=) Resultado operacional</b>	<b>(12.105)</b>	<b>150.480</b>	<b>151.239</b>
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.159)	759
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>(13.264)</b>	<b>151.239</b>	<b>152.998</b>
(-) Imposto de renda	<b>26a</b>	7.437	(32.617)
(-) Contribuição social	<b>26a</b>	5.297	(26.013)
(-) Participações sobre o resultado		(1.994)	(1.111)
<b>(=) Prejuízo/lucro líquido do exercício</b>	<b>(2.524)</b>	<b>91.498</b>	<b>91.498</b>
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Prejuízo/lucro líquido por ação		(137,47)	4.983,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Prejuízo/lucro líquido do exercício</b>	<b>(2.524)</b>	<b>91.498</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>93</b>	<b>2.062</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		169
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		(76)
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>(2.431)</b>	<b>93.560</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>	<b>(2.431)</b>	<b>93.560</b>
Controladores		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(2.524)	91.498
<b>Ajustes para:</b>	<b>24.814</b>	<b>(24.496)</b>
Depreciação e amortizações	9.114	6.633
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	38.811	14.259
Variação dos custos de aquisição diferidos	771	13.768
Variações das provisões técnicas	(25.118)	(60.202)
Ativo fiscal diferido	77	1.805
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	1.159	(759)
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>60.157</b>	<b>57.412</b>
Aplicações	(1.479)	51.114
Créditos das operações de seguros e resseguros	121.427	231.630
Ativos de resseguro e retrocessão	31.991	34.741
Créditos fiscais e previdenciários	(27.845)	(12.353)
Despesas antecipadas	(91)	(41)
Outros ativos	(3.243)	27.132
Depósitos judiciais e fiscais	(1.843)	(1.568)
Impostos e contribuições	12.981	57.230
Outras contas a pagar	(16.059)	(23.110)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(22.112)	(226.670)
Depósitos de terceiros	(12)	(20.095)
Provisões técnicas - seguros	(43.955)	(46.101)
Provisões judiciais	11.826	(21.597)
Outros passivos	(1.522)	5.038
Ajuste à valor justo - títulos disponíveis para venda	93	2.062
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>82.447</b>	<b>124.414</b>
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(15.662)	(28.286)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(17.599)	(20.869)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>49.186</b>	<b>75.259</b>

### ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento pela venda:	273	1.590
Investimento	149	-
Imobilizado	4	1.587
Intangível	79	3
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(10.232)</b>	<b>(22.774)</b>
Investimentos	-	(30)
Imobilizado	(151)	(1.447)
Intangível	(10.081)	(21.297)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(9.959)</b>	<b>(21.184)</b>

### ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(46.265)	(72.985)
Aumento de capital	-	15.185
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(46.265)</b>	<b>(57.800)</b>
<b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.038)</b>	<b>(3.725)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>7.452</b>	<b>11.177</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>414</b>	<b>7.452</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

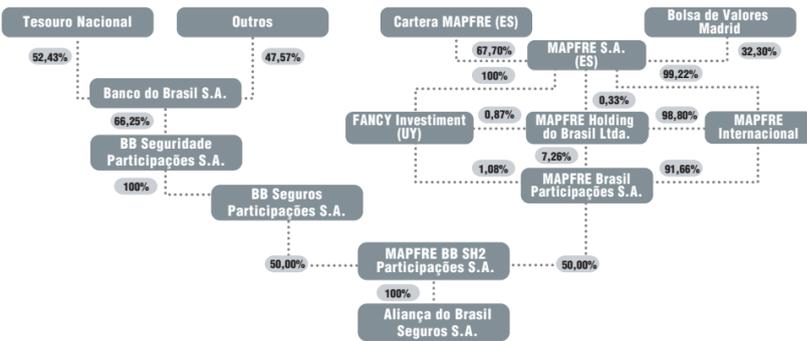
	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de títulos e valores mobiliários		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>105.171</b>	<b>10.000</b>	<b>(1.500)</b>	<b>16.184</b>	<b>112.244</b>	-	<b>- 239.928</b>
Capital integralizado conforme AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	1.500	-	-	-	1.500
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT/C/GRAT nº 1.352, de 03 de maio de 2016	10.000	(10.000)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 30 de junho de 2016	-	-	-	-	(49.300)	-	(49.300)
Aumento de capital - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	13.685	-	-	-	-	13.685
Juros sobre o capital próprio - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	2.062	2.062
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(16.100)	(16.100)
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	91.498	91.498
Reserva legal	-	-	-	4.575	-	(4.575)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	62.777	(62.777)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>115.171</b>	<b>13.685</b>	<b>- 20.759</b>	<b>125.721</b>	<b>(109)</b>	<b>93</b>	<b>- 275.227</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	93	93
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIORG nº 276, de 20 de março de 2017	13.685	(13.685)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	-	(27.254)	-	(27.254)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	-	-	(6.900)	-	(6.900)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.524)	(2.524)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	2.524	-	2.524
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>128.856</b>	<b>-</b>	<b>- 20.759</b>	<b>83.043</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>- 232.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 3k, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3r e 25j - Arrendamento e Determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciais após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros das IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre reconhecimento de receita que existe atualmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP. A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPCs nº 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento; e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii.* **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iii.* **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no nível de lucro líquido que os lucros futuros tributáveis estarão disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise e atenuação, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas à aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Como com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência, objetividade e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do futuro de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional independente dos cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre os atributos nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza a metodologia de diversificação de riscos e programas de resseguro, com Seguradoras que possuem uma taxa de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2017		2016	
	Danos	%	Danos	%
Centro Oeste	129.466	22%	123.955	25%
Nordeste	91.116	16%	91.116	17%
Norte	29.996	5%	29.996	6%
Sudeste	208.230	36%	163.464	32%
Sul	119.693	21%	103.620	20%
<b>Total</b>	<b>578.550</b>	<b>100%</b>	<b>508.700</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	2016		2016	
	Danos	%	Danos	%
Centro Oeste	88.574	15%	64.474	13%
Nordeste	88.107	15%	83.848	17%
Norte	34.773	6%	33.465	7%
Sudeste	192.543	42%	149.383	43%
Sul	130.299	22%	102.620	20%
<b>Total</b>	<b>595.366</b>	<b>100%</b>	<b>503.790</b>	<b>100%</b>

(\*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (7.662) e R\$ 33.539 (R\$ 1.244 e R\$ 49.416 em 31 de dezembro de 2016). (\*\*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.662 (R\$ 1.078 em 31 de dezembro de 2016). **Risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR; simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2017		2016	
	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)
a) IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (1.162)	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (1.162)
b) Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (1.162)	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (1.162)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas que garantem que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **a) Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador. **b) Possibilidade de algum emissor de ativos não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título e** **c) Inadimplência ou inviabilidade de recuperação de créditos de títulos de renda fixa por parte do devedor.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco e decora de riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de risco. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	2017		2016	
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A	18.236	6.095	24.331	20.714
A+	45	1.649	1.694	2.563
A-	37.729	—	37.729	51.490
AA	6.235	—	(169)	6.066
AA-	—	30	30	147
<b>Total</b>	<b>62.245</b>	<b>7.774</b>	<b>(169)</b>	<b>69.850</b>

(\*) Inclui operações comprometidas no montante de R\$ 105.770 em lastro em títulos públicos. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções, com o objetivo de garantir o rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos financeiros - rating	2017		2016	
	AAA	AAA	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	419.209	—	—	419.209
Fundos de investimento em direitos creditórios	—	5.020	—	5.020
Outras aplicações	—	—	234	234
<b>Total</b>	<b>419.209</b>	<b>5.020</b>	<b>234</b>	<b>424.463</b>

Ativos financeiros - rating	2017		2016	
	AAA	A+	AAA	BBB+
Títulos de renda fixa públicos (*)	399.869	—	—	399.869
Debêntures	—	2.510	—	2.055
Fundos de investimento em direitos creditórios	—	18.316	—	18.316
Outras aplicações	—	—	234	234
<b>Total</b>	<b>399.869</b>	<b>2.510</b>	<b>18.316</b>	<b>20.055</b>

desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para a avaliação dos valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresenta aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos agings do ativo e do passivo, isto não é procedente, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

2017	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos	Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>Ativo</b>						
Disponível	224	—	—	—	224	
Equivalentes de caixa	190	—	—	—	190	
Aplicações (*)	121.674	207.389	—	—	329.063	
Créditos das operações com seguros e resseguros	174.254	—	—	—	174.254	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	78.071	22.768	—	—	100.839	
Outros créditos operacionais	9.532	—	—	—	9.532	
Títulos e créditos a receber (**)	4.316	—	—	—	4.316	
Outros valores e bens	616	—	—	—	616	
Despesas antecipadas	488	—	—	—	488	
Custos de aquisição diferidos	64.740	2.510	—	—	67.250	
<b>Total do ativo</b>	<b>454.105</b>	<b>232.667</b>	<b>931</b>	<b>687.703</b>		
<b>Passivo</b>						
Provisões técnicas (*)(/(**)	347.029	85.903	3.261	436.193		
Contas a pagar	30.651	—	—	30.651		
Debêntures das operações com seguros e resseguros	17.180	—	—	17.180		
Depósitos de terceiros	17.065	—	—	17.065		
<b>Total do passivo</b>	<b>471.925</b>	<b>85.903</b>	<b>3.261</b>	<b>561.089</b>		

2016	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos	Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>Ativo</b>						
Disponível	4.537	—	—	—	4.537	
Equivalentes de caixa	2.915	—	—	—	2.915	
Aplicações (*)	100.996	170.333	61.628	332.957		
Créditos das operações com seguros e resseguros	334.976	—	—	334.976		
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	91.824	30.761	11.176	132.761		
Outros créditos operacionais	4.468	—	—	4.468		
Títulos e créditos a receber (**)	5.490	—	—	5.490		
Outros valores e bens	779	—	—	779		
Despesas antecipadas	397	—	—	397		
Custos de aquisição diferidos	66.163	1.858	—	68.021		
<b>Total do ativo</b>	<b>612.545</b>	<b>202.952</b>	<b>72.804</b>	<b>888.301</b>		
<b>Passivo</b>						
Provisões técnicas (*)(/(**)	378.906	98.827	32.863	510.596		
Contas a pagar	74.623	1	—	74.623		
Debêntures das operações com seguros e resseguros	99.292	—	—	99.292		
Depósitos de terceiros	17.077	—	—	17.077		
<b>Total do passivo</b>	<b>569.897</b>	<b>98.828</b>	<b>32.863</b>	<b>701.588</b>		

(\*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 95.400 (R\$ 90.027 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 95.337 (R\$ 90.007 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (\*\*) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 23.547 (R\$ 21.704 em 31 de dezembro de 2016), e provisões judiciais de R\$ 27.254 (R\$ 15.428 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 62.396 (R\$ 34.628 em 31 de dezembro de 2016) também não foram classificados no quadro acima. (\*\*\*) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços do mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de Value at Risk (VaR) e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	2017		2016	
	VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Liquidez	3.001	884	3.001	884
Rentabilidade	33	357	33	357

A metodologia de Macaulay Duration é aplicada às Carteiras de ALM (Asset & Liability Management) da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,50 anos (1,69 em 31 de dezembro de 2016), frente a um patrimônio de R\$ 225.897 (R\$ 260.645 em 31 de dezembro de 2016) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO SEGURADORA, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. coupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e parâmetros de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos coupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 424.463 (R\$ 422.984 em 31 de dezembro de 2016) de

6. APLICAÇÕES

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Ativos	Vencimento					Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/perda não realizada (G - F)	2017 (E)	2016 (H)	%	2016 (I)	%	2016 (J)	%	
	Hierarquia do valor justo																	
	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Acima de 5 anos (C)	Acima de 5 anos (C)													
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>110.957</b>	<b>1.649</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>95.399</b>	<b>208.005</b>	<b>207.972</b>	<b>208.005</b>	<b>33</b>	<b>208.005</b>	<b>49%</b>	<b>184.167</b>	<b>44%</b>				
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>105.937</b>	<b>1.649</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>95.399</b>	<b>202.985</b>	<b>202.952</b>	<b>202.985</b>	<b>33</b>	<b>202.985</b>	<b>98%</b>	<b>165.851</b>	<b>90%</b>				
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	—	899	—	—	—	899	899	899	—	899	0%	673	0%				
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	167	750	—	—	—	917	884	917	33	917	1%	408	0%				
Operações compromissadas (*)	1	105.770	—	—	—	—	105.770	105.770	105.770	—	105.770	52%	74.741	45%				
DPVAT	1	—	—	—	—	95.400	95.400	95.400	95.400	—	95.400	47%	90.027	55%				
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	—	—	—	—	(1)	(1)	(1)	(1)	—	(1)	0%	2	0%				
<b>Finanças administradas</b>	<b>5.020</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>5.020</b>	<b>5.020</b>	<b>5.020</b>	<b>—</b>	<b>5.020</b>	<b>2%</b>	<b>18.316</b>	<b>100%</b>				
Fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC)	2	5.020	—															

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Impostos de renda	367	30.223
Antecipação imposto de renda	(367)	(22.000)
Contribuição social	360	25.217
Antecipação contribuição social	(360)	(13.322)
COFINS	853	993
PIS/PASEP	139	161
<b>Total</b>	<b>992</b>	<b>21.272</b>

15. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

É composto, basicamente, por prêmio líquido de comissões no montante de R\$ 8.046 e ressarcimento cedido R\$ 377 (Prêmios líquido de comissões R\$ 7.563 e ressarcimento cedido R\$ 5.554 em 31 de dezembro de 2016).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
<b>Saldo inicial</b>	<b>266.429</b>	<b>235.850</b>	<b>102.891</b>	<b>(10.683)</b>
Constituições	223.539	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(236.162)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	289.577	-	-
Pagamento de sinistros	-	(252.463)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(71.523)	-	-
Atualização monetária e juros	-	(7.749)	-	-
Reversões	-	-	(328)	(14.423)
<b>Saldo final</b>	<b>253.806</b>	<b>193.692</b>	<b>102.563</b>	<b>(25.106)</b>

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
<b>Saldo inicial</b>	<b>373.427</b>	<b>282.414</b>	<b>63.883</b>	<b>(17.492)</b>
Constituições	575.544	-	39.008	6.809
Diferimento pelo risco decorrido	(682.542)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	350.108	-	-
Pagamento de sinistros	-	(218.133)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(186.411)	-	-
Atualização monetária e juros	-	7.872	-	-
Reversões	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>266.429</b>	<b>235.850</b>	<b>102.891</b>	<b>(10.683)</b>

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
<b>Saldo inicial</b>	<b>50.324</b>	<b>81.731</b>	<b>5.655</b>	<b>(4.848)</b>
Constituições	17.556	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(21.195)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	158.216	-	-
Pagamento de sinistros	-	(68.061)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(115.011)	-	-
Atualização monetária e juros	-	3.230	-	-
Reversões	-	-	(1.490)	(5.774)
<b>Saldo final</b>	<b>46.685</b>	<b>60.105</b>	<b>4.165</b>	<b>(10.622)</b>

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
<b>Saldo inicial</b>	<b>52.370</b>	<b>111.879</b>	<b>8.883</b>	<b>(5.685)</b>
Constituições	69.444	-	-	837
Diferimento pelo risco decorrido	(71.490)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	181.987	-	-
Pagamento de sinistros	-	(168.522)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(44.185)	-	-
Atualização monetária e juros	-	572	-	-
Reversões	-	-	(3.228)	(4.848)
<b>Saldo final</b>	<b>50.324</b>	<b>81.731</b>	<b>5.655</b>	<b>(4.848)</b>

(\*) Inclui o montante de R\$ 74.511 referente a provisão de sinistro judicial (R\$ 86.069 em 31 de dezembro de 2016).

Custos de aquisição diferidos

	2017	2016
Saldo no início do exercício	68.021	81.789
Constituições/reversões	(771)	(13.768)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>67.250</b>	<b>68.021</b>

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para o sinistro	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	875.218	223.106	240.628	226.573	201.500	230.836	230.836
Um ano após o aviso	805.362	225.362	215.895	200.685	180.153	-	169.278
Dois anos após o aviso	819.985	231.988	217.489	199.546	-	-	199.546
Três anos após o aviso	829.254	218.552	216.754	-	-	-	216.754
Quatro anos após o aviso	838.317	216.975	-	-	-	-	216.975
Cinco anos após o aviso	831.889	-	-	-	-	-	831.889
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	831.889	216.975	216.754	199.546	180.153	230.836	1.876.153
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	744.450	208.653	200.966	188.993	169.278	181.550	1.693.890
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	87.439	8.322	15.788	10.553	10.875	49.286	182.263
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	-	(2.123)
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	180.140
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	95.337
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	277.724

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	400.577	110.376	104.953	119.458	126.443	181.550	181.550
Um ano após o aviso	624.333	180.187	181.286	183.030	169.278	-	169.278
Dois anos após o aviso	685.155	196.038	194.124	188.993	-	-	188.993
Três anos após o aviso	714.939	205.516	200.966	-	-	-	200.966
Quatro anos após o aviso	732.979	208.653	-	-	-	-	208.653
Cinco anos após o aviso	744.450	-	-	-	-	-	744.450
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	744.450	208.653	200.966	188.993	169.278	181.550	1.693.890
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	87.439	8.322	15.788	10.553	10.875	49.286	182.263
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	-	(2.123)
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	180.140
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	95.337
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	277.724

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	589.838	141.760	184.282	198.698	161.745	213.231	213.231
Um ano após o aviso	520.912	157.895	203.078	177.120	161.440	-	161.440
Dois anos após o aviso	518.723	148.575	174.884	171.118	-	-	171.118
Três anos após o aviso	544.344	121.869	167.394	-	-	-	167.394
Quatro anos após o aviso	521.048	103.841	-	-	-	-	103.841
Cinco anos após o aviso	526.037	-	-	-	-	-	526.037
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	526.037	103.841	167.394	171.118	161.440	213.231	1.343.061
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	470.235	96.923	155.742	162.809	155.860	180.771	1.222.340
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	55.802	6.918	11.652	8.309	5.580	32.460	120.721
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	-	4.334
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	125.055
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	95.337
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	222.639

(\*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistro.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas	531.530	600.603
Parcela correspondente a resseguros contratados	(55.085)	(83.437)
Direitos creditórios	(120.591)	(117.263)
Provisões retidas pelo IRB	(234)	(234)
DPVAT	(95.337)	(90.007)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(37.374)	(38.017)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>222.909</b>	<b>271.645</b>
<b>Bens oferecidos em cobertura:</b>		
Quotas e fundos de investimentos	218.833	208.625
Títulos de renda fixa - públicos	109.996	119.533
Títulos de renda fixa - privados	-	4.565
<b>Total</b>	<b>328.829</b>	<b>332.723</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>105.920</b>	<b>61.078</b>

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

	2017			2016		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)
<b>Provável</b>	242	11.842	22.296	445	12.998	28.094
<b>Possível</b>	747	165.192	52.215	842	75.902	57.975
<b>Remota</b>	208	835	-	200	558	-
<b>Total</b>	<b>1.197</b>	<b>177.869</b>	<b>74.511</b>	<b>1.487</b>	<b>89.458</b>	<b>86.069</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros. A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	2017		2016		
	Quantidade	PSL judicial (*)	Quantidade	PSL judicial (*)	
De 1998 a 2000	16	4.997	De 1998 a 2000	18	5.021
De 2001 a 2005	101	8.408	De 2001 a 2005	123	15.847
De 2006 a 2010	173	18.340	De 2006 a 2010	215	25.494
De 2011 a 2016	668	35.755	De 2011 a 2015	820	32.635
De 2017	239	7.011	De 2016	311	7.072
<b>Total</b>	<b>1.197</b>	<b>74.511</b>	<b>Total</b>	<b>1.487</b>	<b>86.069</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2017		2016	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>107.267</b>	<b>21.198</b>	<b>62.745</b>	<b>16.376</b>
Total pago no exercício	(14.240)	-	(5.549)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	11.016	974	3.670	222
Quantidade de ações pagas no exercício	184	206	-	-
Novas constituições no exercício	22.871	942	32.705	2.694
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	354	319	391	343
Novas constituições referentes a citações do exercício	8.074	665	19.123	625
Novas constituições referentes a citações de exercícios anteriores	14.797	277	13.584	2.069
Baixa da provisão por extinto	(1.313)	(61)	(531)	(19)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	(9.593)	(523)	7.169	(335)
Atualização monetária e juros	(5.695)	3.230	10.728	2.482
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>99.297</b>	<b>24.786</b>	<b>107.267</b>	<b>21.198</b>

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 46 meses.

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2017	2016
Estipulantes de seguros	6.604	14.725
Contas a pagar - DPVAT	62	20
Outros débitos	305	143
<b>Total</b>	<b>6.971</b>	<b>14.888</b>

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017		2016	
	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR
<b>Saldo inicial</b>	<b>(10.683)</b>			

# Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ nº 01.378.407/0001-10

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Outras receitas e despesas operacionais - Outros</b>	<b>198</b>	<b>99</b>
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	32	16
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	166	83
<b>Despesas administrativas - Compartilhamento</b>	<b>73.114</b>	<b>(50.962)</b>
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	1.608	(1.094)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	8.223	(10.454)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (**)	62.743	(38.087)
MAPFRE Vida S.A. (*)	540	(1.327)
<b>Despesas administrativas - Pessoal</b>	<b>569</b>	<b>(830)</b>
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	12	38
MAPFRE Saúde Ltda.	557	(868)
<b>Despesas administrativas - Outras</b>	<b>176</b>	<b>(129)</b>
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	170	(17)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	-	3
MAPFRE Saúde Ltda.	6	-
<b>Receitas Financeiras - Outras</b>	<b>-</b>	<b>31</b>
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	-	31
<b>Despesas financeiras - Taxa de administração</b>	<b>(306)</b>	<b>(725)</b>
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	(306)	(725)
<b>Total do resultado</b>	<b>151.016</b>	<b>(132.661)</b>

(\*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO. (\*\*) As ações do IRB Brasil

Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 838 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2016). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

### 28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 170 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2016).

### 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a) Comitê de auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório de Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais da empresa líder. **b) Assuntos regulamentares:** Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Seguradora foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual

utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Seguradora atendeu-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os atos sujeitos a redução ao valor recuperável.

### 30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:

- carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB E MAPFRE"); • canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e • canal *affinity*: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB E MAPFRE por meio do canal *affinity*, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal *affinity* em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese esta que dispensará a aprovação prévia.
- carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE: • canal corretor e *affinity*: vida, prestamista, agrícola, auto, grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e • canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

## PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Aliança do Brasil Seguros S.A. São Paulo - SP

Examinamos as províões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração é responsável pelas províões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as províões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as províões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.**

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem de

julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das províões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aliança do Brasil Seguros S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as províões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
CIBA 48

**Anexo I**  
**Aliança do Brasil Seguros S.A.**  
(Em milhares de Reais)

	2017
<b>Total de províões técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>531.530</b>
<b>Total de províões técnicas auditadas(*)</b>	<b>436.193</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>101.770</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas auditadas(*)</b>	
Províões técnicas auditadas (a)	436.193
Valores redutores auditados (b)	213.284
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>222.909</b>
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a Auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos sinistros.	
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	89.036
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>89.036</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	187.011
Exigência de Capital (CMR) (b)	89.036
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>97.975</b>
Ativos Garantidores (d)	328.829
Total a ser Coberto (e)	222.909
<b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>105.920</b>
Ativos Líquidos (g)	105.920
Capital de Risco (CR) (h)	89.036
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)</b>	<b>118,96%</b>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	
0173, 1872	500
1535	2.000
0351, 1428, 1528	3.000
0746, 0748, 0775, 0776	3.500
0161, 0621, 0622, 1433	5.000
0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0711	7.500

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da Aliança do Brasil Seguros S.A. São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais".

Como responsáveis em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as e demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Não elaboramos as demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria assegure a ausência de distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de erro ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.



**KPMG Auditores Independentes**  
CSC 25P014428/O-6

**Luciene Teixeira Magalhães**  
Contadora CRC RJ-079649/O-3

## DIRETORIA

**Fernando Barbosa de Oliveira**  
Diretor Presidente  
**Luis Gutiérrez Mateo**  
Diretor Vice-Presidente

**André Renato Viard Fortino**  
Camilo Buzzi  
Carlos Alberto Landim

**Cynthia Betti Rodrigues Qualharello**  
Leonardo Giuberti Mattedi  
Luis Felipe Lebert Cozac

**Maurício Galian**  
Raphael de Luca Júnior  
Wady José Mourão Cury

## CONTADORA

**Simone Pieretti Gonçalves** - CRC 1SP 183717/O-5

## ATUÁRIA

**Adriana Nery Osassa Okada** - MIBA 1031

# Brasileveículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Brasileveículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

**Prêmios emitidos**

No exercício de 2017, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1.518,3 milhões, retração de 4,6% em relação ao ano anterior, em função do ambiente competitivo e consequente queda nas vendas de seguros e, também pelo decréscimo de 39,0% observado na carteira de DPVAT, devido à redução na tarifa efetuada pela Seguradora Líder.

**Despesas administrativas**

No exercício de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,0%, com redução de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Companhia, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes.

**Responsabilidades do auditor**

O resultado financeiro totalizou 110,7 milhões com redução de 23% em relação ao ano anterior.

**Índice combinado**

O índice combinado no exercício de 2017 foi de 99,2%, aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 92,4%, aumento de 1,5 p.p. em relação ao ano anterior.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 83,8 milhões, retração de 27,4% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1,15 em 2017 e R\$ 1,59 em 2016.

**Investimentos e novos negócios**

A Companhia fez investimentos no montante de R\$ 16,1 milhões no exercício de 2017, destinados a sistemas de informática.

**Distribuição de dividendos**

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 101,0 milhões, na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 65,8 milhões e R\$ 35,2 milhões, respectivamente.

em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 08 de março, 02 de junho, 04 de julho, 15 de agosto, 1º de setembro, 04 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro de 2017.

Conforme previsto no Estatuto da Brasileveículos Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 461,9 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

**Agradecimentos**

Expressamos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

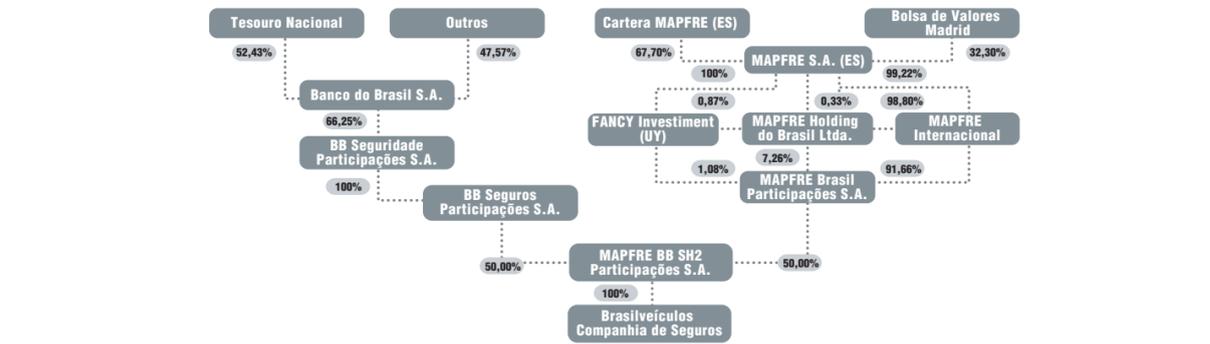
**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
		1.629.850	1.332.845			1.412.419	1.436.228
<b>Circulante</b>		<b>287</b>	<b>10.144</b>	<b>Circulante</b>		<b>135.861</b>	<b>111.610</b>
Disponível		3	-	Contas a pagar		65.671	56.855
Caixa e bancos		3	-	Obrigações a pagar	14a	13.041	11.610
Investimentos - equivalente de caixa		284	10.144	Impostos e encargos sociais a recolher	14b	45.572	44.088
Aplicações	5	756.835	445.848	Encargos trabalhistas		4.988	1.869
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>603.688</b>	<b>593.233</b>	Impostos e contribuições	15	8.461	1.231
Prêmios a receber	7	603.688	593.233	Outras contas a pagar		11.193	7.567
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>17.277</b>	<b>12.907</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>83.764</b>	<b>79.320</b>
Títulos e créditos a receber	8	17.277	12.907	Prêmios a restituir		68	192
Títulos e créditos a receber	9	5.936	34.863	Operações com seguradoras		-	12
Créditos tributários e previdenciários	25b	41.164	21.735	Corretores de seguros e resseguros	16	83.608	79.084
Outros créditos	10	14.797	6.606	Outros débitos operacionais	17	25.126	28.917
<b>Outros valores e bens</b>		<b>84.757</b>	<b>102.398</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>1.167.668</b>	<b>1.216.381</b>
Bens à venda	11	84.746	100.753	Danos	18	1.165.790	1.214.309
Outros valores		11	1.645	Pessoas		1.878	2.072
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>927</b>	<b>1.081</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>901.890</b>	<b>804.812</b>
Custos de aquisição diferidos	18	104.182	104.030	Contas a pagar		-	4
Seguros		104.182	104.030	Tributos diferidos		-	4
<b>Ativo não circulante</b>		<b>1.179.250</b>	<b>1.430.614</b>	<b>Províões técnicas - seguros</b>	18	<b>387.244</b>	<b>315.206</b>
Realizável a longo prazo		1.105.377	1.357.891	Danos		386.761	314.772
Aplicações	5	373.464	661.843	Pessoas		463	434
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>11.233</b>	<b>2.572</b>	<b>Outros débitos</b>		<b>514.646</b>	<b>489.602</b>
Prêmios a receber	7	11.233	2.572	Províões judiciais	22	514.646	489.602
Títulos e créditos a receber		695.658	673.425	<b>Patrimônio líquido</b>	23	<b>494.791</b>	<b>525.419</b>
Créditos tributários e previdenciários	25b	86.459	97.838	Capital social			

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Brasileveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasileveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 18 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3r e 24i - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 5 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a receber (Redução ao Valor Recuperável); • Nota 22 - Provisões judiciais; e • Nota 25b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não esperamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e quando referendado pela SUSEP a IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e o item objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021 e quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado o CPC 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do exercício. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentam adas dentro do patrimônio líquido (resultado dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empreéstimos e recebíveis:* Os empreéstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determinado, que não são cotados em um mercado ativo. Os empreéstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BB, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, consórcios e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado seguro, independentemente de existirem outros valores a vencer desde mesmo seguro. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **g) Operações com o convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **h) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por saldos a venda que são estimados e contabilizados, considerando o histórico de venda da Companhia com referência ao valor de mercado da tabela FIPE ou Molcar, líquido dos custos de venda. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa nº 12. **k) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 13. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em nota técnica atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial,

e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcôveas relacionadas aos sinistros, e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcôveas a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste, foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 68,5% para a Companhia. Os sinistros e custos relativos aos ramos DPVAT não foram objeto de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionalmente uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participação nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento de referência ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo o valor baseado no índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído com o órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. **• Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos; à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, o divulgações e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Região geográfica	2017		2016	
	Auto	%	Auto	%
Centro Oeste	238.555	16%	253.229	17%
Nordeste	336.582	23%	327.685	22%
Norte	61.574	4%	59.546	4%
Sudeste	582.477	40%	597.703	39%
Sul	254.902	17%	277.684	18%
<b>Total</b>	<b>1.474.090</b>	<b>100%</b>	<b>1.515.847</b>	<b>100%</b>

(\*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ (6.756) e R\$ 50.972 (R\$ 8.411) e R\$ 83.615 em 31 de dezembro de 2016. **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	Impacto patrimônio líquido / no resultado (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento Elevação de 5% do IBNR	R\$ (1.955)
b. Sinistralidade	Aumento Elevação de 5% na sinistralidade	R\$ (50.304)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **•** Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; **•** Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; **•** Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito reduzida, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificado. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer que é o caso do automóvel é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação no caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2017:

Ativos financeiros - rating	2017					Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA-	A	BBB-		
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	1.062,437	-	-	-	1.062,437
Debêntures	4.832	6.729	8.671	-	21.641	-	41.873
Fundo de investimento em direitos creditórios	12.550	-	-	-	-	-	12.550
Letras financeiras	-	-	12.025	1.414	-	-	13.439
<b>Total</b>	<b>17.382</b>	<b>6.729</b>	<b>1.083.133</b>	<b>1.414</b>	<b>21.641</b>	-	<b>1.130.299</b>

Ativos financeiros - rating	2016					Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA-	A+	BBB+		
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	1.025,671	-	-	-	1.025,671
Debêntures	4.817	10.160	-	11.770	29.096	-	55.843
Fundo de investimento em direitos creditórios	26.069	-	-	-	-	-	26.069
Outras aplicações	-	-	-	-	108	-	108
<b>Total</b>	<b>30.886</b>	<b>10.160</b>	<b>1.025.671</b>	<b>11.770</b>	<b>29.096</b>	<b>108</b>	<b>1.107.691</b>

(\*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 363.165 (R\$ 230.709 em 31 de dezembro de 2016). (\*\*) A Exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento do exposição ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's Fitch e Moody's. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades financeiras e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar Índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agings do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

Ativo	2017			Total
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	
Equivalentes de caixa	287	-	-	287
Aplicações (*)/(**)	612.178	384.241	-	996.419
Créditos das operações com seguros e resseguros	603.688	11.233	-	614.921
Outros créditos operacionais	17.277	-	-	17.277
Títulos e créditos a receber (**)	20.733	-	-	20.733

**Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para report de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução

SUSEP nº 360/2017 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	2017
Patrimônio Líquido	494.791
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(369)
Despesas antecipadas	(927)
Ativos intangíveis	(71.244)
Obras de arte	(1)
<b>Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)</b>	<b>422.250</b>
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.348
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	2.061
<b>Ajustes econômicos (b)</b>	<b>7.409</b>
<b>3. Capital mínimo requerido</b>	
Capital base - CB	15.000
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)</b>	<b>303.256</b>
Capital de risco de subscrição	260.408
Capital de risco de crédito	53.946
Capital de risco operacional	10.041
Capital de risco de mercado	7.323
Correlação entre os riscos	(28.462)
<b>Capital mínimo requerido (c)</b>	<b>303.256</b>
<b>Suficiência de capital (d = a + b - c)</b>	<b>126.403</b>
<b>Suficiência de capital (d / c)</b>	<b>42%</b>
<b>Índice de Solvência [e = (a + b) / c]</b>	<b>1,42</b>

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP nº 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 100% a partir de 31 de dezembro de 2017. As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta liquidez com se segue:

	2017	%
Capital de risco (a)	303.256	60,651
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	163.869	54,04%
Ativos livres - Nota explicativa nº 20 - (b)		
<b>Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2017 (b/a)</b>	<b>54,04%</b>	

	Montante estimado para os sinistros					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	5.973.311	1.144.118	1.135.022	1.143.994	1.067.365	895.271
Um ano após o aviso	6.169.957	1.154.018	1.172.772	1.179.552	1.091.354	1.091.354
Dois anos após o aviso	6.175.043	1.169.435	1.183.179	1.193.012		1.193.012
Três anos após o aviso	6.167.022	1.202.881	1.194.338			1.194.338
Quatro anos após o aviso	6.167.292	1.209.303				1.209.303
Cinco anos ou mais após o aviso	6.159.293					6.159.293
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	6.159.293	1.209.303	1.194.338	1.193.012	1.091.354	895.271
11.742.571						
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	6.122.627	1.153.744	1.164.099	1.171.958	1.073.855	770.573
11.456.856						
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	36.666	55.559	30.239	21.054	17.499	124.698
285.715						
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)						67.854
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)						353.569
Provisões DPVAT						133.792
Retrocesso						716
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)						488.077

	Montante de sinistros pagos					
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017
No ano do aviso	4.953.461	873.028	888.060	899.146	897.995	770.573
Um ano após o aviso	6.038.387	1.097.886	1.140.457	1.163.283	1.073.855	1.073.855
Dois anos após o aviso	6.079.618	1.120.744	1.157.645	1.171.958		1.171.958
Três anos após o aviso	6.101.276	1.139.681	1.164.099			1.164.099
Quatro anos após o aviso	6.114.391	1.153.744				1.153.744
Cinco anos ou mais após o aviso	6.122.627					6.122.627
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	6.122.627	1.153.744	1.164.099	1.171.958	1.073.855	770.573
11.456.856						

A Companhia não cede riscos a resseguradores. (\*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

**5. APLICAÇÕES**

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Vencimento						Ativos	Total		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)		Ganho/perda não realizado (G - F)	2017	%
									2016	%
<b>Hierarquia de valor justo</b>	(A)	(B)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)	
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>377.485</b>	<b>10.778</b>	<b>133.879</b>	<b>522.142</b>	<b>521.789</b>	<b>522.142</b>	<b>353</b>	<b>522.142</b>	<b>46%</b>	
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>364.935</b>	<b>10.778</b>	<b>133.879</b>	<b>509.592</b>	<b>509.239</b>	<b>509.592</b>	<b>353</b>	<b>509.592</b>	<b>98%</b>	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	2.835	-	2.835	2.835	2.835	-	2.835	1%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	1.770	7.944	-	9.714	9.714	353	9.714	2%	
Operações compromissadas (*)	1	363.165	-	363.165	363.165	363.165	-	363.165	71%	
DPVAT	1	-	-	133.880	133.880	133.880	-	133.880	26%	
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	-	-	(1)	(1)	(1)	-	(1)	0%	
Outros	1	-	-	(1)	(1)	(1)	-	(1)	0%	
<b>Carteiras administradas</b>	<b>12.550</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.550</b>	<b>12.550</b>	<b>12.550</b>	<b>-</b>	<b>12.550</b>	<b>2%</b>	
Fundos de investimentos em direitos creditórios (FDIC)	2	12.550	-	-	12.550	12.550	-	12.550	100%	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>26.944</b>	<b>119.335</b>	<b>-</b>	<b>146.279</b>	<b>146.368</b>	<b>146.279</b>	<b>(89)</b>	<b>146.279</b>	<b>13%</b>	
<b>Carteiras administradas</b>	<b>26.944</b>	<b>119.335</b>	<b>-</b>	<b>146.279</b>	<b>146.368</b>	<b>146.279</b>	<b>(89)</b>	<b>146.279</b>	<b>100%</b>	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	90.967	-	90.967	90.967	(23)	90.967	62%	
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Debêntures	2	26.944	14.929	-	41.873	41.873	(117)	41.873	29%	
Letras financeiras (LF)	2	-	13.439	-	13.439	13.439	51	13.439	9%	
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>207.749</b>	<b>254.129</b>	<b>-</b>	<b>461.878</b>	<b>461.878</b>	<b>471.602</b>	<b>9.724</b>	<b>461.878</b>	<b>41%</b>	
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>207.749</b>	<b>254.129</b>	<b>-</b>	<b>461.878</b>	<b>461.878</b>	<b>471.602</b>	<b>9.724</b>	<b>461.878</b>	<b>100%</b>	
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	1	186.780	254.129	-	440.909	440.909	9.724	440.909	95%	
Notas do tesouro nacional - Série F (NTN-F)	1	20.969	-	-	20.969	20.971	2	20.969	5%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	
<b>Outras aplicações</b>	<b>612.178</b>	<b>384.242</b>	<b>133.879</b>	<b>1.130.299</b>	<b>1.130.035</b>	<b>1.140.023</b>	<b>9.988</b>	<b>1.130.299</b>	<b>100%</b>	

\* Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

**b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa pública tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT, são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

**d) Taxa de juros contratada**

	2017		2016	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro (LFT)	13,82%	13,40%	13,82%	13,40%
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	5,62%	3,82%	6,82%	3,82%
Notas do tesouro nacional - Série F (NTN-F)	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%
Letras do tesouro nacional (LTN)	13,31%	8,23%	13,31%	11,32%
Debêntures	0,75%a.a.	0,69%a.a.	1,15%	0,69%
Debêntures	111,50%	104,25%	111,50%	104,25%
Letras Financeiras (LF)	107,50%	104,00%	0,00%	0,00%

**e) Movimentação das aplicações financeiras**

	Saldo em 2016		Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	Saldo em 2017
	em 2016	em 2016					
Valor justo por meio do resultado	412.681	799.767	(736.160)	-	45.854	522.142	
Disponíveis para venda	177.364	17.500	(64.551)	596	15.370	146.279	
Mantidos até o vencimento	517.538	-	(91.657)	-	35.997	461.878	
Outras aplicações	108	-	(108)	-	-	108	
<b>Total</b>	<b>1.107.691</b>	<b>817.267</b>	<b>(892.476)</b>	<b>596</b>	<b>97.221</b>	<b>1.130.299</b>	

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros derivativos relativos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	2017	
				Valor a receber/pagar	Valor a receber/pagar
DI FUT - Vencimento até 180 dias (LTN)	(18)	1.771	1.770	-	-
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(1)	89	83	-	-
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(18)	1.771	1.626	-	-
DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN)	(8)	797	682	-	(1)
<b>Total</b>	<b>(45)</b>	<b>4.428</b>	<b>4.161</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>

**7. PRÊMIOS A RECEBER**

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	2017		2016	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Automóvel - Casco	424.733	(5.626)	419.107	418.570
R. C. facultativa veículos - RCFV	123.182	(2.146)	121.036	107.332
Assistência e outras coberturas - Auto	67.726	(1.341)	66.385	73.854
Acidentes pessoais passageiros-APP	7.562	(193)	7.369	9.104
Auxílio funeral	931	(14)	917	1.322
Compreensivo residencial	107	-	107	112
Demais ramos	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>624.241</b>	<b>(9.320)</b>	<b>614.921</b>	<b>610.296</b>

(\*) Redução do valor recuperável calculada conforme nota 3.dii.

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 180 dias.

**a) Movimentação de prêmios a receber**

	2017		2016	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos (+) / Prêmios cancelados (-) / Recebimentos	Saldo inicial	Prêmios emitidos (+) / Prêmios cancelados (-) / Recebimentos
Saldo inicial	595.805	736.502	595.805	736.502
(+) Prêmios emitidos	1.630.921	1.696.789	1.630.921	1.696.789
(-) Prêmios cancelados	872	8.116	872	8.116
(+) Recebimentos	942	2.074	942	2.074
Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	(153.900)	(102.995)	(153.900)	(102.995)
Saldo final	614.921	595.805	614.921	595.805

**b) Composição por prazo de vencimento**

	201	
--	-----	--

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 335.319 (R\$ 335.319 em 31 de dezembro 2016) e está representado por 72.762.823 ações nominativas e sem valor nominal (72.762.823 ações em 31 de dezembro de 2016), das quais 40.941.755 ações ordinárias e 31.821.068 ações preferenciais sem direito a voto. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua distribuição do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada em Reuniões do Comitê de Direção em 08 de março e 02 de junho de 2017 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	83.777	115.375
Constituição da reserva legal (5%)	3.647	5.769
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>80.130</b>	<b>109.606</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa nº 14a)	10.733	-
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	61.400	62.050
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	35.200	39.950
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	4.400	89.500
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>121%</b>	<b>93%</b>
<b>Total de dividendos distribuídos e pagos</b>	<b>101.000</b>	<b>191.500</b>

Distribuição dos dividendos:  
 Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias 56.833 107.753  
 Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais 44.167 83.747  
 Quantidade de ações:  
 Ações ordinárias 40.941.755 40.941.755  
 Ações preferenciais 31.821.068 31.821.068  
 Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:  
 Ações ordinárias 1,39 2,63  
 Ações preferenciais 1,39 2,63

**c) Reserva de capital:** Corresponde à reserva de doações e subvenções de investimentos decorrentes de incentivos fiscais recebidos anteriormente. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste ao valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

**24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**a) Principais ramos de atuação**

Ramo	Prêmio ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Automóvel	968.067	1.094.483	63,90%	67,70%	12,12%	12,71%
Responsabilidade civil facultativa	273.580	298.475	106,39%	97,39%	15,18%	12,62%
Assistência e outras coberturas - Auto	182.859	207.306	44,67%	41,84%	11,23%	8,65%
DPVAT	50.677	83.046	84,62%	85,70%	1,19%	1,41%
Acidentes pessoais passageiros	21.963	24.149	9,69%	7,76%	11,30%	12,56%
Demas ramos	3.600	4.003	2,54%	1,78%	16,99%	9,34%
<b>Total</b>	<b>1.500.746</b>	<b>1.711.462</b>	<b>69,06%</b>	<b>69,62%</b>	<b>12,20%</b>	<b>11,64%</b>

**b) Prêmios emitidos**

Prêmios diretos	1.518.306	1.591.015
Prêmio DPVAT	4.411.630	1.449.118
Recuperação dos custos iniciais de contratação	50.972	83.615
	55.704	58.318
<b>Total</b>	<b>(1.036.430)</b>	<b>(1.191.472)</b>

**c) Sinistros ocorridos**

Sinistros	(1.029.226)	(1.183.879)
Provisão de sinistros avisados mas não suficientemente avisados - IBNeR	(16.550)	7.452
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(41.749)	(47.952)
Salvados	102.739	98.569
Serviço de assistência	(65.856)	(73.238)
Ressarcimentos	9.405	9.780
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	4.807	(2.204)
<b>Total</b>	<b>(183.109)</b>	<b>(199.268)</b>

**d) Custo de aquisição**

Comissões	(171.980)	(170.610)
Variação das despesas de comercialização diferidas	5.123	(11.940)
Despesas com apólices e/ou contratos	(5.701)	(5.292)
Despesa com inspeção de riscos	(10.551)	(11.426)
<b>Total</b>	<b>(44.468)</b>	<b>(51.320)</b>

**e) Outras receitas e despesas operacionais**

Redução ao valor recuperável - Prêmios a receber	4.615	2.589
Endomarketing	(9.281)	(9.269)
Processos judiciais	(4.706)	491
Vistoria	(943)	(198)
Despesa com cobrança	(6.233)	(5.717)
Rastreadores	(21.705)	(23.846)
Recitas/(despesas) com DPVAT	(4.114)	(6.518)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.101)	(8.852)
<b>Total</b>	<b>(210.495)</b>	<b>(236.056)</b>

**f) Despesas administrativas**

Pessoal próprio	(104.436)	(128.247)
Serviços de terceiros	(47.555)	(48.779)
Localização e funcionamento	(40.744)	(45.179)
Publicidade e propaganda	(4.176)	(3.631)
Publicações	(2.15)	(209)
Outras receitas administrativas	(13.369)	(10.011)
<b>Total</b>	<b>(12.537)</b>	<b>(10.901)</b>

**g) Despesas com tributos**

COFINS	(23.398)	(24.812)
COFINS - Créditos tributário	15.615	19.060
PIS	(3.806)	(3.727)
PIS - Créditos tributário	2.537	3.097
IPTU	(2.99)	(92)
Taxa de fiscalização	(2.818)	(3.904)
Outras despesas com tributos	(368)	(523)
<b>Total</b>	<b>110.695</b>	<b>143.727</b>

**h) Resultado financeiro**

Receitas Financeiras	149.846	205.815
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor por meio do resultado	45.854	56.308
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	15.370	43.185
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	35.997	54.965
Juros sobre equivalentes de caixa	65	287
Atualização monetária	32.052	39.247
Operações de seguros	20.508	11.823
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(39.151)</b>	<b>(62.088)</b>
Taxa de administração	(1.862)	(2.090)
Despesas financeiras com operação de seguros	(58)	(18.016)
Atualização monetária - PSL	3.865	(7.144)
Atualização monetária sobre provisões judiciais e juros e mora	(38.548)	(34.711)
Outras	(2.548)	(127)

**i) Determinação se um contrato contém um arrendamento:** O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmes Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avencas, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFVG; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2017, estão demonstrados a seguir:

Companhia Arrendamento	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Sede GRUPO	4.210	4.210	13.492	18.564	19.468	64.829	37.170	87.603	5.689
Call Center - Franca	325	370	1.234	1.631	1.526	2.481	3.085	4.482	2.264
Call Center - São Carlos	314	385	857	1.256	-	-	1.171	1.641	1.154
<b>Total</b>	<b>4.849</b>	<b>4.965</b>	<b>15.583</b>	<b>21.451</b>	<b>20.994</b>	<b>67.310</b>	<b>41.426</b>	<b>93.726</b>	<b>9.107</b>

GRUPO SEGURADOR Arrendamento	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Sede GRUPO	46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215
Call Center - Franca	3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.279	49.799	3.412
Call Center - São Carlos	3.492	4.280	9.523	13.952	-	-	13.015	18.232	4.218
<b>Total</b>	<b>53.884</b>	<b>55.177</b>	<b>173.149</b>	<b>238.335</b>	<b>233.262</b>	<b>747.888</b>	<b>460.295</b>	<b>1.041.400</b>	<b>62.845</b>

**25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>122.705</b>	<b>122.705</b>	<b>175.174</b>	<b>175.174</b>
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(30.652)	(24.541)	(43.770)	(35.035)
Diferenças temporárias	460	368	5.182	4.146
Diferenças permanentes	(428)	(143)	(341)	(229)
Amortização de ativo	11.346	-	12.978	9.992
Juros sobre o capital próprio	8.800	7.040	9.988	7.990
Deduções incentivadas	839	-	981	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(9.635)</b>	<b>(17.276)</b>	<b>(15.582)</b>	<b>(13.736)</b>
Constituição/reversão de crédito tributário	(1.806)	(368)	(17.560)	(13.538)
Ajustes relativos a períodos anteriores	-	-	4	-
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	157	-	613
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(21.441)</b>	<b>(17.487)</b>	<b>(33.138)</b>	<b>(26.661)</b>
Alíquota efetiva (%)	17%	14%	19%	15%

**b) Créditos tributários e previdenciários**

Ativo	2016	Constituições	Reversões	2017
Tributos a compensar	6.317	21.792	(1.620)	26.489
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	15.142	53.205	(53.854)	14.493
Tributos retidos na fonte	276	52	(146)	182
<b>Total circulante</b>	<b>21.735</b>	<b>75.049</b>	<b>(55.620)</b>	<b>41.164</b>
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	64.381	9.482	(11.274)	62.589
Contingências cíveis	212	335	(33)	514
Provisão para riscos de crédito	6.534	52.228	(54.305)	4.457
Provisão para participação nos lucros	1.307	28.273	(27.197)	2.383
Contingências trabalhistas	3.717	1.090	(858)	3.949
Outras provisões	3.020	49.774	(48.191)	4.603
Tributos diferidos sobre ativo	11.346	3.094	(14.440)	-
PIS/COFINS	7.012	47.619	(46.708)	7.923
Ajustes de títulos a valor justo TVM	309	3.087	(3.355)	41
<b>Total não circulante</b>	<b>97.838</b>	<b>194.982</b>	<b>(206.361)</b>	<b>86.459</b>

Os créditos tributários de diferenças temporárias são oriundos, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, cuja realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão e possuem prazos de julgamento não previsíveis.

**26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

**a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas:**

	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>	<b>21</b>	<b>25.959</b>
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada	-
<b>Títulos e créditos a receber - Compartilhamento</b>	<b>-</b>	<b>(725)</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A.	Coligada	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil MAPFRE Vida S.A.	Coligada	(756)
<b>Títulos e créditos a receber - Outros</b>	<b>21</b>	<b>26.668</b>
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) (**)	Coligada	21
<b>Total do ativo</b>	<b>21</b>	<b>25.959</b>

	2017	2016
<b>Passivo circulante</b>	<b>17.706</b>	<b>31.494</b>
<b>Obrigações a pagar - Compartilhamento</b>	<b>9.992</b>	<b>22.899</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A.	Coligada	9
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Coligada	98
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	9.779
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	106
<b>Obrigações a pagar - Outras</b>	<b>7.565</b>	<b>3.299</b>
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada	496
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	6.978
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	65
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligada	8
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	18
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>149</b>	<b>5.196</b>
Banco do Brasil S.A.	Coligada	-
BB Administradora de Consórcios S.A.	Coligada	8
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	-
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	-
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	Coligada	-
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligada	141
<b>Total do passivo</b>	<b>17.706</b>	<b>31.494</b>

**Resultado**

<b>Prêmios diretos</b>	-	<b>1</b>
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	-
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(66.236)</b>	<b>(77.197)</b>
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	(60.087)
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(2.653)
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	Coligada	(3.492)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	Coligada	(4)
<b>Despesas administrativas - Compartilhamento</b>	<b>254.221</b>	<b>(136.453)</b>
Aliança do Brasil Seguros S.A.	Coligada	(1.608)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Coligada	5.696
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	249.588
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	275
<b>Outras receitas e despesas operacionais - Outros</b>	<b>(9.203)</b>	<b>(1)</b>
BB Administradora de Consórcios S.A.	Coligada	(4)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	9.269